

COLLEÇÃO DAS LEIS

DO

IMPERIO DO BRAZIL



PARTE PRIMEIRA



RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA NACIONAL
1830.

LEI — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830.

Manda executar o Código Criminal.

D. Pedro por Graça de Deus, e Unâime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil : Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRAZIL.

PARTE PRIMEIRA*Dos Crimes, e das Penas.***TÍTULO I.****Dos Crimes.****CAPÍTULO I.****DOS CRIMES, E DOS CRIMINOSOS.**

Art. 1.^º Não haverá crime, ou delicto (palavras synonimas neste Código) sem uma Lei anterior, que o qualifique.

Art 2.^º Julgar-se-ha crime, ou delicto :

1.^º Toda a ação, ou omissão voluntária contraria ás Leis penais.

2.^º A tentativa do crime, quando fôr manifestada por actos exteriores, e princípio de execução, que não leve efeito por circunstancias independentes da vontade do delinquente.

Não será punida a tentativa de crime ao qual não esteja imposta maior pena, que a de dois meses de prisão simples, ou de desterro para fôra da Comarca.

3.^º O abuso de poder, que consiste no uso do poder (conferido por Lei) contra os interesses publicos, ou em prejuizo de particulares, sem que a utilidade publica o exija.

4.^o A ameaça de fazer algum mal a alguém.

Art. 3.^o Não haverá criminoso, ou delinquente, sem má fô, isto é, sem conhecimento do mal, e intenção de o praticar.

Art. 4.^o São criminosos, como autores, os que commetterem, constrangerem, ou mandarem alguém commetter crimes.

Art. 5.^o São criminosos, como complices, todos os mais, que directamente concorrerem para se commetter crimes.

Art. 6.^o Serão também considerados complices:

1.^o Osque receberem, occultarem ou comprarem coussas obtidas por meios criminosos, sabendo que o foram, ou devendo saber-o em razão da qualidade, ou condição das pessoas, de quem as receberam, ou compraram.

2.^o Os que derem asylo, ou prestarem sua casa para reunião de assassinos, ou roubadores, tendo conhecimento de que commetterem, ou pretendem commetter tais crimes.

Art. 7.^o Nos delitos de abuso da liberdade de comunicar os pensamentos, são criminosos, e por isso responsáveis:

1.^o O impressor, gravador, ou lithographia, os quais ficarão isentos de responsabilidade, mostrando por escrito obrigação de responsabilidade do editor, sendo este pessoa conhecida, residente no Brazil, que esteja no gozo dos Direitos Políticos; salvo quando escrever em causa propria, caso em que se não exige esta ultima qualidade.

2.^o O editor, que se obrigou, o qual ficará isento de responsabilidade, mostrando obrigação, pela qual o autor se responsabilise, tendo este as mesmas qualidades exigidas no editor, para excusar o impressor.

3.^o O autor, que se obrigou.

4.^o O vendedor, e o que fizer distribuir os impressos, ou gravuras, quando não constar quem é o impressor, ou este for residente em paiz estrangeiro, ou quando os impressos, e gravuras já tiverem sido condenados por abuso, e mandados suprimir.

5.^o Os que comunicarem por mais de quinze pessoas os escriptos não impressos, senão provarem, quem é o autor, e que circularam com o seu consentimento; provando estes requisitos, será responsável sómente o autor.

Art. 8.^o Nestes delitos não se dà complicidade; e para o seu julgamento os escriptos, e discursos, em que forem commettidos, serão interpretados segundo os re-

gras de boa hermenéutica, e não por phrazes isoladas, e deslocadas.

Art. 9.^o Não se julgarão criminosos:

1º. Os que imprimirem, e de qualquer modo fizerem circular as opiniões, e os discursos, enunciados pelos Senadores, ou Deputados no exercício das suas funções, com tanto que não sejam alterados essencialmente na substância.

2.^o Os que fizerem analyses razoáveis dos principios, e usos religiosos.

3.^o Os que fizerem analyses rasoaveis da Constituição, não se atacando as suas bases fundamentaes; e das Leis existentes, não se provocando a desobediencia á elles.

4.^o. Os que censurarem os actos do Governo, e da Pública Administração, em termos, posto que vigorosos, decentes, e comedidos.

Art. 10. Também não se julgarão criminosos:

1.^o Os menores de quatorze annos.

2.^o Os loucos de todo o genero, salvo se tiverem lucidos intervallos, e nelles commetterem o crime.

3.^o Os que commetterem crimes violentados por força, ou por medo irresistiveis.

4.^o Os que commetterem crimes casualmente no exercício, ou praticada de qualquer acto lícito, feito com a temção ordinaria.

Art. 11. Posto que os mencionados no artigo antecedente não possam ser punidos, os seus bens comtudo serão sujeitos á satisfação do mal causado.

Art. 12. Os loucos que tiverem commettido crimes, serão recolhidos ás casas para elles destinadas, ou entregues ás suas famílias, como ao Juiz parecer mais conveniente.

Art. 13. Se se provar que os menores de quatorze annos, que tiverem commettido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidos ás casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda á idade de dezasete annos.

CAPITULO II.

DOS CRIMES JUSTIFICAVEIS.

Art. 14. Será o crime justificavel, e não terá lugar a punição delle:

1.^o Quando for feito pelo delinquente para evitar mal maior.

Para que o crime seja justificável neste caso, deverão intervir conjuntamente a favor do delinquente os seguintes requisitos: 1.º Certeza do mal, que se propõz evitar; 2.º Falta absoluta de outro meio menos prejudicial; 3.º Probabilidade da eficácia do que se empregou.

2.º Quando fôr feito em defesa da própria pessoa, ou de seus direitos.

3.º Quando fôr feito em defesa da família do delinquente.

Para que o crime seja justificável nestes dois casos, deverão intervir conjuntamente os seguintes requisitos: 1.º Certeza do mal, que os delinquentes se proporem evitar; 2.º Falta absoluta de outro meio menos prejudicial; 3.º O não ter havido da parte delles, ou de suas famílias provocação, ou delicto, que occasionasse o conflito.

4.º Quando fôr feito em defesa da pessoa de um terceiro.

Para que o crime seja justificável neste caso, deverão intervir conjuntamente a favor do delinquente os seguintes requisitos: 1.º Certeza do mal, que se propõz evitar; 2.º Que este fosse maior, ou pelo menos igual ao que se causou; 3.º Falta absoluta de outro meio menos prejudicial; 4.º Probabilidade da eficácia do que se empregou.

Reputar-se-ha feito em propria defesa, ou de um terceiro, o mal causado na repulsa dos que de noite entrarem, ou tentarem entrar nas casas, em que alguém morar, ou hiver, ou nos edifícios, ou pátios fechados a elles pertencentes, não sendo nos casos em que a Lei o permite.

5.º Quando fôr feito em resistência á execução de ordens illegaes, não se excedendo os meios necessários para impedil-a.

6.º Quando o mal consistir no castigo moderado, que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos ; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade delle, não seja contraria ás Leis em vigor.

CAPITULO III.

DAS CIRCUMSTANCIAS AGGRAVANTES, E ATTENUANTES DOS CRIMES.

Art. 45. As circunstâncias aggravantes, e attenuantes dos crimes influirão na agravação, ou attenuação das penas, com que hão de ser punidos dentro dos limites prescriptos na Lei.

SEÇÃO I.

Art. 16. São circunstâncias agravantes:

- 1.º Ter o delinquente commetido o crime de noite, ou em lugar ermo.
 - 2.º Ter o delinquente commetido o crime com veneno, incêndio, ou inundação.
 - 3.º Ter o delinquente reincidido em delito da mesma natureza.
 - 4.º Ter sido o delinquente impelido por um motivo reprovado, ou frívolo.
 - 5.º Ter o delinquente faltado ao respeito devido à idade do offendido, quando este for mais velho, tanto que possa ser seu pai.
 - 6.º Haver no delinquente superioridade em sexo, forças, ou armas, de maneira que o offendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellir a offensa.
 - 7.º Haver no offendido a qualidade de ascendente, mestre, ou superior do delinquente, ou qualquer outra, que o constitua á respecto deste em razão de pai.
 - 8.º Dir-se no delinquente a premeditação, isto é, designio formado antes da acção de offendere individuo certo, ou incerto.
 - Haverá premeditação quando entre o designio e a acção decorrerem mais de vinte e quatro horas.
 - 9.º Ter o delinquente procedido com fraude.
 10. Ter o delinquente commetido o crime com abuso da confiança nelle posta.
 11. Ter o delinquente commetido o crime por pta, ou esperança de alguma recompensa.
 12. Ter precedido ao crime a emboscada, por ter o delinquente esperado o offendido em um, ou diversos lugares.
 13. Ter havido arrombamento para a perpetração do crime.
 14. Ter havido entrada, ou tentativa para entrar em casa do offendido com intento de commetter o crime.
 15. Ter sido o crime commetido com surpresa.
 16. Ter o delinquente, quando commeteu o crime, usado de disfarce para não ser conhecido.
 17. Ter precedido ajuste entre dous ou mais individuos para o fim de commetter-se o crime.
- Art. 17. Também se julgarão agravados os crimes:
- 1.º Quando, além do mal do crime, resultar outro mal ao offendido, ou á pessoa de sua família.
 - 2.º Quando a cér physica for aumentada mais que o ordinario por alguma circunstância extraordinaria.

3.º Quando o mal do crime for aumentado por alguma circunstancia extraordinaria de ignominia.

4.º Quando o mal do crime for aumentado pela natureza irreparavel do dinnho.

5.º Quando pelo crime se augmentar a afflictão do afflicto.

SECÇÃO II.

Art. 48. São circunstancias attenuantes dos crimes:

1.º Não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal, e directa intenção de o praticar.

2.º Ter o delinquente commettido o crime para evitar maior mal.

3.º Ter o delinquente commettido o crime em defesa da propria pessoa, ou de seus direitos; em defesa de sua familia, ou de um terceiro.

4.º Ter o delinquente commettido o crime em desafronta de alguma injuria, ou deshonra, que lhe fosse feita, ou á seus ascendentes, descendentes, conjugue, ou irmãos.

5.º Ter o delinquente commettido o crime, oppondo-se á execução de ordens illegaes.

6.º Ter procedido aggressão da parte do offendido.

7.º Ter o delinquente commettido o crime, aterrado de ameças.

8.º Ter sido provocado o delinquente.

A provocação será mais ou menos atendivel, segundo for mais ou menos grave, mais ou menos recente.

9.º Ter o delinquente commettido o crime no estado de embriaguez.

Para que a embriaguez se considere circunstancia attenuante, deverão intervir conjuntamente os seguintes requisitos; 1.º que o delinquente não tivesse antes d'ella formado o projecto do crime; 2.º que a embriaguez não fosse procurada pelo delinquente como meio de o animar á perpetração do crime; 3.º que o delinquente não seja costumado em tal estado a commeter crimes.

10. Ser o delinquente menor de vinte e um annos.

Quando o réo for menor de dezaseis annos, e maior de quatorze, poderá o Juiz, parecendo-lhe justo, impôr-lhe as penas da complicitade.

SECÇÃO III.

Art. 49. Influirá tambem na aggravação, ou atenuação do crime a sensibilidade do offendido.

Art. 20. As circunstâncias mencionadas neste capítulo deverão ser provadas, e na dúvida impor-se-ha a pena no grau medio.

CAPITULO IV.

DA SATISFAÇÃO.

Art. 21. O delinquente satisfará o dano, que causar com o delicto.

Art. 22. A satisfação será sempre a mais completa, que fôr possível, sendo no caso de dúvida á favor do offendido.

Para este fim o mal, que resultar á pessoa, e bens do offendido, será avaliado em todas as suas partes, e consequências.

Art. 23. No caso de restituição, far-se-ha esta da propria causa, com indemnização dos deterioramentos, e da falta della, do seu equivalente.

Art. 24. Se a propria causa estiver em poder de terceiro, será este obrigado a entregal-a, havendo a indemnização pelos bens do delinquente.

Art. 25. Para se restituir o equivalente, quando não existir a propria causa, será esta avaliada pelo seu preço ordinario, e pelo de afseição, com tanto que este não exceda à somma daquelle.

Art. 26. Na satisfação se comprehenderão não só os juros ordinarios, os quacs se contarão na proporção do dano causado, e desde o momento do crime, mas tambem os juros compostos.

Art. 27. Quando o crime fôr commettido por mais de um delinquente, a satisfação será á custa de todos, ficando porém cada um delles solidariamente obrigado, e para esse fim se haverão por especialmente hypothecados os bens dos delinquentes desde o momento do crime.

Art. 28. Serão obrigados á satisfação, posto que não sejam delinquentes:

1.º O senhor pelo escravo até o valor deste.

2.º O que gratuitamente tiver participado dos productos do crime até a concorrente quantia.

Art. 29. A obrigação de satisfazer o dano na forma dos artigos antecedentes, passa aos herdeiros dos delinquentes até o valor dos bens herdados, e o direito de haver a satisfação passa aos herdeiros dos offendidos.

Art. 30. A completa satisfação do offendido preferirá sempre ao pagamento das multas, a que também ficarão hypothecados os bens dos delinquentes, na forma do art. 27.

Art. 31. A satisfação não terá lugar antes da condenação do delinquente por sentença em juizo criminal, passada em julgado. Exceptua-se:

1.º O caso da ausência do delinquente, em que se poderá demandar, e haver a satisfação por meio de acção civil.

2.º O caso, em que o delinquente tiver falecido depois da pronuncia, no qual poderá haver-se dos herdeiros a satisfação por meio de acção civil.

3.º O caso, em que o offendido preferir o usar da acção civil contra o delinquente.

Art. 32. Em todo o caso, não tendo o delinquente meios para a satisfação, dentro em oito dias, que lhe serão assignados, será condenado a prisão com trabalho pelo tempo necessário para ganhar a quantia da satisfação.

Esta condenação porém, ficará sem efeito, logo que o delinquente, ou alguém por elle satisfizer, ou prestar fiança idonea ao pagamento em tempo razeável, ou o offendido se der por satisfeito.

TITULO II.

DAS PENAS.

CAPITULO I.

DA QUALIDADE DAS PENAS, E DA MANEIRA COMO SE HÃO DE IMPOR, E CUMPRIR.

Art. 33. Neihum crime será punido com penas, que não estejam estabelecidas nas leis, nem com mais, ou menos daquellas, que estiverem decretadas para punir o crime no grau maximo, medio, ou minimo, salvo o caso, em que aos Juizes se permittir arbitrio.

Art. 34. A tentativa, á que não estiver imposta pena especial, será punida com as mesmas penas do crime, menos a terça parte em cada um dos graus.

Se a pena for de morte, impõr-se-ha ao culpado de tentativa no mesmo grau a de galés perpetuas. Se for

de galés perpetuas, ou de prisão perpetua com trabalho, ou sem elle, impôr-se-ha a de galés por vinte annos, ou de prisão com trabalho, ou sem elle por vinte annos. Se fôr de banimento, impôr-se-ha a de desterro para fôra do Imperio por vinte annos. Se fôr de degredo, ou de desterro perpetuo, impôr-se-ha a de degredo, ou desterro por vinte annos.

Art. 35. A complicidade será punida com as penas da tentativa; e a complicidade da tentativa com as mesmas penas desta, menos a terça parte, conforme a regra estabelecida no artigo antecedente.

Art. 36. Nenhuma presunção, por mais velhemente que seja, dará motivo para imposição de pena.

Art. 37. Não se considera pena a prisão do iniciado de culpa para prevenir a fuga, nem a suspensão dos Magistrados decretada pelo Poder Moderador na forma da Constituição.

Art. 38. A pena de morte será dada na forca.

Art. 39. Esta pena, depois que se tiver tornado irrevogável a sentença, será executada no dia seguinte à da intimação, a qual nunca se fará na véspera de domingo, dia santo, ou de festa nacional.

Art. 40. O réo com o seu vestido ordinario, e preso, será conduzido pelas ruas mais públicas até à forca, acompanhado do Juiz Criminal, do lugar, aonde estiver, com o seu Es-tivão, e da força militar, que se requisitar.

Ao acompanhamento precederá o Porteiro, lendo em voz alta a sentença, que se fôr executar.

Art. 41. O Juiz Criminal, que acompanhar, presidirá a execução até que se ultime; e o seu Es-tivão passará certidão de todo este acto, a qual se adjuntará ao processo respectivo.

Art. 42. Os corpos dos enforcados serão entregues a seus parentes, ou amigos, se os pedirem aos Juizes, que presidirem à execução; mas não poderão enterrá-los com pompa, sob pena de prisão por um mez á um anno.

Art. 43. Na mulher grávida não se executará a pena de morte, nem mesmo ella sera julgada, em caso de a merecer, se não quarenta dias depois do parto.

Art. 44. A pena de galés sujeitará os réos a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos publicos da província, onde tiver sido commetido o delicto, á disposição do Governo.

Art. 45. A pena de galés nunca será imposta:

1.º A's mulheres, as quais quando tiverem commetido crimes, para que esteja estabelecida esta pena,

serão condenadas pelo mesmo tempo a prisão em lagar, e com serviço analogo ao seu sexo.

2º Aos menores de vinte e um annos, e maiores de sessenta, aos quais se substituirá esta pena pela de prisão com trabalho pelo mesmo tempo.

Quando o condenado à galés, estando no cumprimento da pena, chegar á idade de sessenta annos, ser-lhe-ha esta substituída pela de prisão com trabalho por outro tanto tempo, quanto ainda lhe faltar para cumprir.

Art. 46. A pena de prisão com trabalho, obrigará aos réos a ocuparem-se diariamente no trabalho, que lhes for destinado dentro do recinto das prisões, na conformidade das sentenças, e dos regulamentos policiais das mesmas prisões.

Art. 47. A pena de prisão simples obrigará aos réos a estarem reclusos nas prisões públicas pelo tempo marcado nas sentenças.

Art. 48. Estas penas de prisão serão cumpridas nas prisões públicas, que oferecerem maior comodidade, e segurança, e na maior proximidade, que for possível, dos lugares dos delictos, devendo ser designadas pelos Juizes nas sentenças.

Quando porem for de prisão simples, que não exceda a seis mezes, cumprir-se-ha em qualquer prisão, que haja no lugar da residencia do réo, ou em algum outro proximo, devendo fazer-se na sentença a mesma designação.

Art. 49. Enquanto se não estabelecerem as prisões com as comodidades, e arranjos necessários para o trabalho dos réos, as penas de prisão com trabalho serão substituídas pela de prisão simples, acrescentando-se em tal caso á esta mais a sexta parte do tempo, por que aquellas deveriam impôr-se.

Art. 50. A pena de banimento privará para sempre os réos dos direitos de cidadão brasileiro, e os inhibirá perpetuamente de habitar o território do Império.

Os banidos, que voltarem ao território do Império, serão condenados á prisão perpetua.

Art. 51. A pena de degrado obrigará os réos a residir no lugar destinado pela sentença, sem poderem sahir delle, durante o tempo, que a mesma lhes marcar.

A sentença nunca destinará para degrado lugar, que se comprehenda dentro da comarca, em que morar o offendido.

Art. 52. A pena de desterro, quando outra declaração não houver, obrigará os réos a sahir dos termos dos lugares do delicto, da sua principal residencia, e da

principal residencia do offendido, e a não entrar em alguma delles, durante o tempo marcado na sentença.

Art. 53. Os condenados à galés, à prisão com trabalho, à prisão simples, à degredo ou a desterro, ficam privados do exercício dos direitos políticos de cidadão brasileiro, enquanto durarem os efeitos da condenação.

Art. 54. Os condenados à galés, à prisão com trabalho, ou à prisão simples, que fugirem das prisões; os degradados, que saírem do lugar do degredo, e os desterrados, que entrarem no lugar, de que tiverem sido desterrados, antes de satisfacta a pena, serão condenados na terça parte mais do tempo da primeira condenação.

Art. 55. A pena de multa obrigará os réus ao pagamento de uma quantia pecuniária, que será sempre regulada pelo que os condenados poderem haver em cada um dia pelos seus bens, empregos, ou indústria, quando a Lei especificadamente a não designar de outro modo.

Art. 56. As multas serão recolhidas aos cofres das Camaras Municipais; e os condenados que, podendo, as não pagarem dentro em oito dias, sejam recolhidas à prisão, de que não sahirão, sem que paguem.

Art. 57. Não tendo os condenados meios para pagar as multas, serão condenados em tanto tempo de prisão com trabalho, quanto for necessário para ganharem a importância delas.

Terá lugar neste caso a disposição do artigo trinta e deus.

Art. 58. A pena de suspensão do emprego privará os réus do exercício dos seus empregos, durante o tempo da suspensão, no qual não poderão ser empregados em outros, salvo, sendo de eleição popular.

Art. 59. A pena de perda do emprego importará a perda de todos os serviços, que os réus houverem prestado n'elle.

Os réus, que tiverem perdido os empregos por sentença, poderão ser providos por nova nomeação em outros da mesma, ou de diversa natureza, salvo, havendo expressa declaração de inhabilidade.

Art. 60. Se o réu fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de azoutes, e depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar.

O numero de açoutes será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cincuenta.

Art. 61. Quando o réo for condenado de mais de um delicto, impôr-se-lhe-hão as penas estabelecidas nas leis para cada um delles; e sofrerá as corporaes, umas depois das outras, principiando, e seguindo da maior para a menor, com atenção ao grau de intensidade, e não ao tempo da duração.

Exceptua-se o caso de ter incorrido na pena de morte, no qual nenhuma outra pena corporal se lhe imporá, podendo sómente annexar-se áquelle a pena de multa.

Art. 62. Se os delinqüentes tiverem incorrido em duas, ou mais penas, que se lhes não possam impôr uma depois de outra, se lhes imporá no érao maximo a pena do crime maior, que tiverem cometido, não sendo a de morte, em cujo caso se lhes imporá a de galés perpetuas.

Art. 63. Quando este Código não impõe pena determinada, fixando sómente o maximo, e o mínimo, considerar-se-hão tres graus nos crimes, com atenção ás suas circunstâncias aggravantes, ou attenuantes, sendo maximo o de maior gravidade, á que se imporá o maximo da pena; o minimo o da menor gravidade, á que se imporá a pena minima; o medio, o que fica entre o maximo, e o minimo, á que se imporá a pena no termo medio entre os dous extremos dafios.

Art. 64. Os delinqüentes que, sendo condenados, se acharem no estado de loucura, não serão punidos, enquanto nesse estado se conservarem.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 65. As penas impostas aos réos não prescreverão em tempo algum.

Art. 66. O perdão, ou minoração das penas impostas aos réos, com que os agraciar o Poder Moderador, não os eximirá da obrigação de satisfazer o mal causado em toda a sua plenitude.

Art. 67. O perdão do offendido antes, ou depois da sentença, não eximirá das penas em que tiverem, ou possam ter incorrido, aos réos de crimes publicos, ou dos particulares, em que tiver lugar a acusação por parte da Justiça.

P A R T E S E G U N D A*Dos crimes publicos.***T I T U L O I.****Dos crimes contra a existencia politica do Imperio.****C A P I T U L O I.****DOS CRIMES CONTRA A INDEPENDENCIA, INTEGRIDADE, E
DIGNIDADE DA NAÇÃO.**

Art. 68. Tentar directamente, e por factos, destruir a independencia ou a integridade do Imperio.

Penas — de prisão com trabalho por cinco a quinze annos.

Se o crime se consummar.

Penas — de prisão perpetua com trabalho no grao maximo; prisão com trabalho por vinte annos no medio; e por dez no minimo.

Art. 69. Provocar directamente, e por factos, uma nação estrangeira, à declarar a guerra ao Imperio, se tal declaração se verificar, e se seguir a guerra.

Penas — de prisão com trabalho por seis a dezoito annos.

Se da provocação se não seguir a declaração da guerra; ou se esta, posto que declarada, se não verificar, ficando a Nação sem domínio, ou prejuizo.

Penas — de prisão com trabalho por deus a seis annos.

Se para se não verificar a guerra, declarada em consequencia da provocação, fôr preciso algum sacrificio da nação em prejuizo da sua integridade, dignidade, ou interesses.

Penas — de prisão com trabalho por tres a doze annos.

Art. 70. Tomar armas, o que fôr cidadão brazileiro, contra o Imperio, debaixo de bandeiras inimigas.

Penas — de prisão com trabalho por seis a quatorze annos.

Art. 71 Auxiliar alguma nação inimiga a fazer a guerra, ou a commetter hostilidades contra o Imperio,

fornecendo-lhe gente, armas, dinheiro, munições, ou embarcações.

Penas — de prisão perpétua com trabalho no grão máximo; por quinze anos no médio; e por oito no mínimo.

Art. 72. Entreter com uma nação inimiga, ou com os seus agentes, intelligências, porque se lhes comunique o estudo de forças do Império, seus recursos, ou planos; ou dar entrada, e auxílio a espíões, ou a soldados inimigos mandados a pesquisar as operações do Império, conhecendo-os por tais.

Penas — de prisão com trabalho por vinte anos no grão máximo; por doze no médio; e por seis no mínimo.

Art. 73. Commetter sem ordem, ou autorização do Governo hostilidades contra os subditos de outra Nação, de maneira que se comprometta a paz, ou provoquem as repressões.

Penas — de prisão com trabalho por um a doze annos.

Se por tal procedimento algum brasileiro sofrer algum mal, será o réu considerado autor dele, e punido com as penas correspondentes, além da sofrida.

Art. 74. Violar Tratados legitimamente feitos com as nações estrangeiras.

Penas — de prisão por um a seis annos.

Art. 75. Violar a imunidade dos embaixadores, ou ministros estrangeiros.

Penas — de prisão por dous a dezaseis meses.

Art. 76. Entregar de facto qualquer porção de território do Império, ou que elle tenha ocupado, ou quaisquer objectos, que lhe pertençam, ou de que esteja n' posse, ao inimigo interno ou a qualquer nação estrangeira, tendo meios de desfazê.

Penas — de prisão com trabalho por dous a dezoito annos.

Art. 77. Comprometter em qualquer Tratado, ou Convênio, a honra, dignidade, fé, ou interesses nacionaes.

Penas — de prisão por dous a doze annos.

Art. 78. Entrar jurisdicionalmente em paz estrangeiro sem autoridade legítima.

Penas — de prisão por seis mezes a quatro annos.

Art. 79. Reconhecer o que for cidadão brasileiro, superior àora do Império, prestando-lhe efectiva obediencia.

Penas — de prisão por quatro a dezaseis mezes.

Art. 80. Se este crime for commettido por Corporação, será esta dissolvida; e, se os seus membros se tor-

narem a reunir debaixo da mesma, ou diversa denominação com a mesma, ou diversas regras.

Penas — aos chefes, de prisão por dous a oito annos; aos outros membros, de prisão por oito meses a tres annos.

Art. 81. Recorrer á Autoridade Estrangeira, residente dentro, ou fóra do Imperio, sem legitima licença, para impetração de graças espirituais, distinções ou privilégios na Jerarquia Ecclesiastica, ou para autorização de qualquer acto religioso.

Penas — de prisão por tres a nove meses.

Art. 82. Exercitar pirataria; e este crime julgar-se-lá commetido:

1.º Praticando no mar qualquer acto de depredação, ou de violencia, ou contra Brazileiros, ou contra estrangeiros, com quem o Brazil não esteja em guerra.

2.º Abusando da Carta de Corso, legitimamente concedida, para praticar hostilidades, ou contra navios brasileiros, ou de outras nações, que não fosse autorizado para hostilizar.

3.º Apossando-se alguém do navio, de cuja equipagem fizer parte, por meio de fraude, ou violencia contra o Commandante.

4.º Entregando alguém aos piratas, ou ao inimigo, um navio, a cuja equipagem pertencer.

5.º Oppondo-se alguém por ameaças, ou por violencia, a que o Commandante, ou tripulação defendia o navio em occasião de ser atacado por piratas, ou pelo inimigo.

Penas — de galés perpetuas no grão maximo; de prisão com trabalho por vinte annos no médio; e por dez no minímo.

6.º Aceitando Carta de Corso de um Governo estrangeiro sem competente autorização.

Penas — de prisão com trabalho por dous a oito annos.

Art. 83. A mesma pena estabelecida nos casos do artigo antecedente, desde numero primeiro até numero quinto, se imporá:

1.º Aos estrangeiros, que commetterem contra navios brasileiros depredações, ou violencias, não sendo em tempo de guerra, ou, no tempo della, não sendo mundos com Carta de Marca.

2.º A todo o Commandante de embarcação, que commetter hostilidades debaixo de bandeira diversa da do Estado, de que tiver Carta.

Art. 84. Também commetterá crime de pirataria:

1.º O que fizer parte da equipagem de qualquer em-

barcação, que navegue armada, sem ter passaporte, matrícula da equipagem, ou outros documentos, que provem a legitimidade da viagem.

Penas — ao Comandante, de prisão com trabalho por quatro a dezasseis annos; aos da equipagem, por dois a oito annos.

2.º O que, residindo dentro do Imperio, traficar com piratas conhecidos, ou lhes fornecer embarcacões, provisões, munições, ou qualquer outro auxílio, ou entretiver com elles inteligências, que tenham por fim prejudicar ao paiz.

3.º Todo o Commandante de navio armado, que trouxer documentos passados por dois, ou mais Governos diferentes.

Penas — de prisão com trabalho por dois a doze annos.

CAPITULO II.

DOS CRIMES CONTRA A CONSTITUIÇÃO DO IMPERIO, E FÓRMA DO SEU GOVERNO

Art. 85. Tentar directamente, e por factos, destruir a Constituição Política do Imperio, ou a fórmula do Governo estabelecida.

Penas — de prisão com trabalho por cinco a quinze annos.

Se o crime se consummar.

Penas — de prisão perpetua com trabalho no grau maximo; prisão com trabalho por vinte annos no médio; e por dez annos no minimo.

Art. 86. Tentar directamente, e por factos, destruir algum, ou alguns artigos da Constituição.

Penas — de prisão com trabalho por tres a doze annos.

Se o crime se consummar.

Penas — de prisão com trabalho por vinte annos no grau maximo; por doze no médio; e por seis no minimo.

CAPITULO III.

DOS CRIMES CONTRA O CHEFE DO GOVERNO.

Art. 87. Tentar directamente, e por factos, destronizar o Imperador; privá-lo em todo, ou em parte da sua autoridade constitucional; ou alterar a ordem legítima da sucessão.

Penas — de prisão com trabalho por cinco a quinze annos.

Se o crime se consummar.

Penas — de prisão perpétua com trabalho no grão máximo; prisão com trabalho por vinte annos no médio; e por dez annos no mínimo.

Art. 88. Tentar directamente, e por factos, uma falsa justificação de impossibilidade phisica, ou moral do Imperador.

Penas — de prisão com trabalho por quatro a doze annos.

Se o crime se consummar.

Penas — de prisão com trabalho por vinte annos no grão maxime; por doze no médio; e por seis no minimo.

Art. 89. Tentar directamente, e por factos, contra a Regencia, ou Regente, para prival-os em todo, ou em parte da sua autoridade constitucional.

Penas — de prisão com trabalho por quatro a doze annos.

Se o crime se consummar.

Penas — de prisão com trabalho por vinte annos no grão maximo; por doze no médio; e por seis no minimo.

DISPOSIÇÃO COMMEN.

Art. 90. Provocar directamente por escriptos impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, aos crimes especificados nos artigos sessenta e oito, oitenta e cinco, oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e oito, e oitenta e nove.

Penas — de prisão por um a quatro annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se a provocação fôr por escriptos não impressos, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por discursos proferidos em publicas reuniões.

Penas — de prisão por seis mezes a dous annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

TITULO II.

Dos crimes contra o Livre exercício dos Poderes Políticos.

Art. 91. Oppor-se alguém directamente, e por factos, à prompta execução dos Decretos, ou Cartas de convocação da Assembléa Geral, expedidas pelo Imperador,

ou pelo Senado, nos casos da Constituição, artigo quarenta e sete, paragraphos terceiro e quarto.

Penas — de prisão com trabalho por tres a doze annos.

Art. 92. Oppôr-se alguém directamente, e por factos, à reunião da Assembleia Geral Legislativa em sessão ordinaria ou extraordinaria; ou à reunião extraordinaria do Senado nos casos do artigo quarenta e sete, paragraphos terceiro e quarto.

Penas — de prisão com trabalho por vinte annos no grão maximo; por doze no medio; e por seis no minimo.

Art. 93. Usar de violencia, ou de ameaças contra qualquer membro das Camaras Legislativas, ou para melhor influir na maneira de se portar no exercicio de seu emprego, ou pelo que tiver dito, ou praticado no mesmo exercicio.

Penas — de prisão com trabalho por seis meses a quatro annos, além das mais, em que incorrer pela violencia, ou ameaças.

Art. 94. Entrar tumultuarialmente no recinto de cada uma das Camaras Legislativas : obrigar cada uma delas por força, ou por ameaças de violencia a propôr, ou a deixar de propôr, fazer, ou deixar de fazer alguma Lei, Resolução, ou qualquer outro acto : obrigar a dissolver-se unconstitutionalmente, ou a levantar, prorrogar, ou adiar a sessão.

Penas — de prisão com trabalho por tres a doze annos.

Art. 95. Oppôr-se alguém directamente, e por factos ao livre exercicio dos Poderes Moderador, Executivo, e Judiciario no que é de suas atribuições constitucionais.

Penas — de prisão com trabalho por quattro a dezasseis annos.

Art. 96. Obstnar, ou impedir de qualquer maneira o efecto das determinações dos Poderes Moderador, e Executivo, que forem conformes à Constituição, e às Leis.

Penas — de prisão com trabalho por deus a seis annos.

Art. 97. Usar de violencia, ou ameaças contra os agentes do Poder Executivo para forçal-os a fazer de maneira illegal um acto oficial, ou a deixar de fazer legalmente um acto oficial: ou a fazer como Official, um acto para que não estejam autorizados.

Usar de violencia, ou ameaças para constranger algum Juiz, ou Jurado a proferir, ou deixar de proferir despacho, ordem, voto, ou sentença: ou a fazer, ou deixar de fazer qualquer outro acto oficial.

Penas — de prisão com trabalho por seis meses a qua-

tro annos, além das mais em que incorrer pela violencia, ou ameaças.

Art. 98. Levantar motim, ou excitar desordem, durante a sessão de um Tribunal de Justiça, ou audiencia de qualquer Juiz, de maneira que se impeça, ou perturbe o acto.

Penas — de prisão por deus a seis mezes, além das mais, em que incorrer.

Art. 99. Provocar directamente por escriptos impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirão por mais de quinze pessoas, aos crimes especificados nos artigos noventa e um, noventa e deus, noventa e quatro, noventa e vinte e noventa e seis.

Penas — de prisão por seis mezes a deus annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se a provocação fôr por escriptos não impressos, que se distribuirão por mais de quinze pessoas, ou por discursos proferidos em publicas reuniões.

Penas — de prisão por tres mezes a um anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

TITULO III.

Dos crimes contra o livre gozo, e exercício dos Direitos Políticos dos Cidadãos.

Art. 100. Impedir, ou obstar de qualquer maneira, que votem nas eleições primarias, ou secundarias os Cidadãos activos, e os Eleitores, quer estivirem nas circunstancias de poder, e de dever votar.

Penas — de prisão por deus a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 101. Solicitar, usando de promessas de recompensa, ou de ameaças de algum mal, para que as Eleições para Senadores, Deputados, Eleitores, Membros dos Conselhos Geraes, ou das Camaras Municipaes, Juizes de Paz, e quaesquer outros empregados electivos, recalem, ou deixem de recalhir em determinadas pessoas, ou para esse fim comprar ou vender votos.

Penas — de prisão por tres a nove mezes, e de multa correspondente á metade do tempo; bem assim ja perda do emprego, se delle se tiver servido para commetter o crime.

Art. 102. Falsificar em qualquer eleição as listas dos votos dos Cidadãos, ou Eleitores, lendo nomes di-

versos dos que nelas estiverem, ou acrescentando, ou diminuindo nomes, ou listas; falsificar as actas de qualquer eleição.

Penas — de prisão com trabalho por seis mezes a tres annos, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 103. Obstnar directamente, e por factos, à reunião dos Conselhos Geraes de Província; à sua prorrogação permitida pela Constituição, ou ao livre exercicio de suas atribuições.

Penas — de prisão com trabalho por dous a oito annos.

Art. 104. Entrar tumultuarialmente no recinto dos Conselhos Geraes; obrigar os por força, ou por ameaças de violencia a propôr, deliberar, ou resolver, ou a deixar de o fazer; ou obrigar os a levantar, ou prorrogar a sessão.

Penas — de prisão com trabalho por um a quatro annos.

Art. 105. Usar de violencia, ou de ameaças contra qualquer membro dos Conselhos Geraes, ou para influir na maneira de se portar no exercicio do seu emprego, ou pelo que tiver dito, ou praticado no mesmo exercicio.

Penas — de prisão com trabalho por tres mezes a dous annos, além das mais, em que incorrer pela violencia, ou ameaças.

Art. 106. Praticar qualquer dos crimes referidos nos artigos cento e tres, cento e quatro e cento e cinco, à respeito das camaras municipaes, ou de cada um de seus membros.

Penas — a quarta parte das estabelecidas nesses artigos, excepto as em que de mais tiver incorrido pela violencia, ou ameaças no caso do artigo cento e cinco, as quaes serão impostas aos réos na sua totalidade.

TÍTULO IV.

Dos crimes contra a segurança Interna do Império, e publica tranquilidade.

CAPÍTULO I.

CONSPIRAÇÃO,

Art. 107. Concertarem-se vinte pessoas ou mais, para praticar qualquer dos crimes mencionados nos artigos sessenta e oito, sessenta e nove, oitenta e cinco, oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e oito, oitenta e nove, noventa e

um, e noventa e dous, não se tendo começado a reduzir a acto.

Penas — de desterro para fóra do imperio por quatro ou doze annos.

Art. 108. Se os conspiradores desistirem do seu projecto, antes dele ter sido descoberto, ou manifestado por algum acto exterior, deixará de existir a conspiração, e por ella se não procederá criminalmente.

Art. 109. Qualquer dos conspiradores, que desistir do seu projecto nas circunstâncias do artigo antecedente, não será punido pelo crime de conspiração, ainda que esta continue entre os outros.

CAPITULO II.

REBELLIAO.

Art. 110. Julgar-se-ha commetido este crime, reunindo-se uma, ou mais povoações, que comprehendam todas mais de vinte mil pessoas, para se perpetrar algum, ou alguns dos crimes mencionados nos artigos sessenta e oito, sessenta e nove, oitenta e cinco, oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e oito, oitenta e nove, noventa e um, e noventa e dous.

Penas — Aos cabeças — de prisão perpetua com trabalho no grão maximo; de prisão com trabalho por vinte annos no médio; e por dez no minímo.

CAPITULO III.

SEDIÇÃO.

Art. 111. Julgar-se-ha commetido este crime, ajuntando-se mais de vinte pessoas, armadas todas, ou parte dellas, para o fim de obstar á posse do empregado publico, nomeado competentemente, e munido de titulo legitimo; ou para o privar do exercicio do seu emprego; ou para obstar á execução, e cumprimento de qualquer acto, ou ordem legal de legitima autoridade.

Penas — Aos cabeças — de prisão com trabalho por tres a doze annos.

Art. 112. Não se julgará sedição o ajuntamento do povo desarmado, em ordem, para o fim de representar as injustiças, e vexações, e o não procedimento dos empregados publicos.

CAPITULO IV.

INSURREIÇÃO.

Art. 413. Julgar-se-há commettido este crime, reunindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força.

Penas — Aos cabeças — de morte no grao maximo ; de galés perpetuas no medio : e por quinze annos no minimo : — aos maiores — agentes.

Art. 414. Se os cabeças da insurreição forem pessoas livres, incorrerão nas mesmas penas impostas, no artigo antecedente, aos cabeças, quando são escravos.

Art. 415. Ajudar, excitar, ou aconselhar escravos à insurgir-se, fornecendo-lhes armas, munições, ou outros meios para o mesmo fim.

Penas — de prisão com trabalho por vinte annos no grao maximo ; por doze no medio ; e por oito no minima.

CAPITULO V

RESISTENCIA.

Art. 416. Oppor-se alguém de qualquer modo com força à execução das ordens legaes das autoridades competentes.

Se em virtude da oposição se não effectuar a diligencia ordenada, ou, no caso de effectuar-se, se os officiaes encarregados da execução sofrerem alguma offensa phisica da parte dos resistentes,

Penas — de prisão com trabalho por um a quatro annos, além das em que incorrer pela offensa.

Se a diligencia se effectuar sem alguma offensa phisica, apesar da oposição.

Penas — de prisão com trabalho por seis meses a dous annos.

Art. 417. As ameaças de violencia capazes de aterrar qualquer homem de firmeza ordinaria, considerar-se-hão neste caso iguaes à uma oposição de efectiva força.

Art. 418. Os officiaes da diligencia, para effectual-a poderão repellir a força dos resistentes até tirar-lhes a vida, quando por outro meio não possam consegui-lo.

Art. 419. Provocar directamente por escriptos impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem

por mais de quinze pessoas, aos crimes especificados nos capítulos terceiro, quarto, e quinto, e bem assim, a desobedecer ás leis.

Penas — de prisão por dous a dezasseis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se a provocação for por escriptos não impressos, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por discursos proferidos em públicas reuniões,

Penas — de prisão por um á oito mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

CAPITULO VI.

TIRADA OU FUGIDA DE PRESOS DO PODER DA JUSTIÇA, E ARROMBAMENTO DE CADÉAS.

Art. 120. Tirar, o que estiver legalmente preso, da mão e poder do Oficial de Justiça.

Penas — de prisão com trabalho por dous a oito annos.

Art. 121. Tirar o preso da mão, e poder de qualquer pessoa do povo, que o tenha prendido em flagrante, ou por estar condenado por sentença.

Penas — de prisão com trabalho por seis a dezoito mezes.

Art. 122. Accommetter qualquer prisão com força, e constranger os carcereiros, ou guardas, á franquear a fugida aos presos.

Se esta se verificar.

Penas — de prisão com trabalho por tres a dez annos.

Se a fugida se não verificar.

Penas — de prisão com trabalho por um a cinco annos.

Art. 123. Fazer arrombamento na Cadéa, por onde fuja, ou possa fugir o preso.

Penas — de prisão com trabalho por um a tres annos.

Art. 124. Franquear a fugida aos presos, por meios astuciosos.

Penas — de prisão por tres a doze mezes.

Art. 125. Deixar fugir aos presos o mesmo Carcereiro, ou outra qualquer pessoa, a quem tenha sido commettida a sua guarda, ou condução.

Sendo por connivencia.

Penas — de prisão com trabalho por dous a seis annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Sendo por negligencia.

Penas — de prisão com trabalho por um a tres annos.

Art. 126. Se a fugida for tentada, ou effectuada pelos mesmos presos, não serão por isso punidos; mas serão mettidos em prisões solitárias, ou lhes serão postos ferros, como parecer necessário para segurança ao Juiz, debaixo de cuja direcção estiver a prisão.

Fugindo porém os presos por efeito de violencia contra o carcereiro, ou guarda.

Penas — de prisão por tres mezes a um anno, além das que merecerem pela qualidade da violencia.

Art. 127. Fazer arrojinhamento, ou acommetter qualquer prisão com força para maltratar aos presos.

Penas — de prisão com trabalho por um a cinco annos, além das em que incorrer o réo pelo crime commettido contra os presos.

CAPITULO VII.

DESOBEDENCIA ÀS AUTORIDADES.

Art. 128. Desobedecer ao empregado publico em acto do exercicio de suas funções, ou não cumprir as suas ordens legaes.

Penas — de prisão por seis dias a dous mezes.

TITULO V.

DOS CRIMES CONTRA A BOA ORDEM, E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAS.

CAPITULO I.

PREVARICAÇÕES, ABUSOS, E OMISSÕES DOS EMPREGADOS PÚBLICOS.

SEÇÃO I.

Prevaricação.

Art. 129. Serão julgados prevaricadores os empregados publicos, que por affeção, odio, ou contemplação, ou para promover interesse pessoal seu:

1.^a Julgarem, ou procederem contra a literal disposição da lei.

2.^a Infringirem qualquer lei, ou regulamento.

3.^º Aconselharem alguma das partes, que perante elles litigarem.

4.^º Tolerarem, dissimularem, ou encobrirem os crimes, e defeitos officiais dos seus subordinados, não procedendo, ou não mantendo proceder contra elles, ou não informando á autoridade superior respectiva nos casos, em que não tenham jurisdição para proceder ou mandar proceder.

5.^º Deixarem de proceder contra os delinquentes, que a lei lhes mandar prender, acusar, processar, e punir.

6.^º Recusarem, ou demorarem a administração da Justiça, que couber nas suas atribuições; ou as provisões do seu officio, que lhes forem requeridas por parte, ou exigidas por autoridade pública, ou determinadas por lei.

7.^º Proverem em emprego publico, ou proposerem para elle pessoa, que conhecerem não ter as qualidades legaes.

Penas — de perda do emprego, posto, ou officio com inhabilitade para outro, por um anno, e multa correspondente a seis mezes no grão maximo; perda do emprego, e a mesma multa no grão médio; suspensão por tres annos, e multa correspondente a tres mezes no grão minimo.

Se a prevaricação consistir em impôr pena contra a literal disposição da lei, e o condenado a sofreu, impôr-se-ha a mesma pena ao empregado publico. No caso porém de que o condenado não tenha sofrido a pena, impôr-se-ha ao empregado publico a que estiver designada para a tentativa do crime, sobre que tiver recebido a condenação.

8.^º Fabricarem qualquer auto, escriptura, papel, ou assignatura falsa em matéria, ou autos pertencentes ao desempenho do seu emprego.

Alterarem uma escriptura, ou papel verdadeiro com offensa do seu sentido; cancellarem, ou riscarem algum dos seus livros officiaes; não derem conta de autos, escriptara, ou papel, que lhes tiver sido entregue em razão de officio; ou os tirarem de autos, requerimentos, representação, ou qualquer outro papel, á que estivessem juntos, e que tivessem ido á mão, ou poder do empregado em razão, ou para desempenho do seu emprego.

Penas — de perda do emprego com inhabilitade para outro por um a seis annos; de prisão com trabalho por dous mezes a quatro annos; e de multa de cinco a vinte por cento do danno causado pela falsidade.

Quando da falsidade tiver resultado outro crime, a que

esteja imposta maior pena, nella incorrerá tambem o réo.

9.^o Subtrahirem, supprimirem, ou abrirem carta depois de lançada no correio; ou concorrerem para que outrém o faça,

Penas — de perda do emprego ; de prisão por dous a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Se com abuso de poder commetterem os crimes referidos à respeito da carta dirigida por portador particular.

Penas — de prisão por vinte a sessenta dias, e multa correspondente á metade do tempo.

As penas em qualquer dos casos serão duplicadas ao que descobrir em todo, ou em parte o que na carta se contiver ; e as cartas assim havidas não serão admittidas em Juizo.

SEÇÃO II.

Peita.

Art. 130. Receber dinheiro, ou outro algum donativo ; ou aceitar promessa directa, e indirectamente para praticar, ou deixar de praticar algum acto de officio contra, ou segundo a lei.

Penas — de perda do emprego com inhabilidade para outro qualquer : de multa igual ao tresdobro da peita ; e de prisão por tres a nove mezes.

A pena de prisão não terá lugar, quando o acto, em vista do qual se recebeu, ou aceitou a peita, se não tiver efectuado.

Art. 131. Nas mesmas penas incorrerá o Juiz de Direito, de Facto, ou Arbitro, que por peita der sentença, posto que justa seja.

Se a sentença for injusta, a prisão será de seis mezes a dous annos ; e se for criminal condemnatoria, sofrerá o peitado a mesma pena, que tiver imposto, ao que condemnára, menos a de morte, quando o condenado a não tiver sofrido ; caso, em que se imporá ao réo a de prisão perpetua.

Em todos estes casos a sentença, dada por peita, será nulla.

Art. 132. O que der, ou prometter peita, será punido com as mesmas penas impostas ao peitado na conformidade dos artigos antecedentes, menos a de perda do emprego, quando o tiver ; e todo o acto, em que intervir a peita, será nullo.

SECÇÃO III.

Suborno.

Art. 133. Deixar-se corromper por influencia, ou peditorio de alguém, para obrar o que não dever, ou deixar de obrar o que dever.

Decidir-se por dadiva, ou promessa, á eleger, ou propôr alguém para algum emprego, ainda que para elle tenha as qualidades requeridas.

Penas — as mesmas estabelecidas para os casos da peita.

Art. 134. Todas as disposições dos artigos cento e trinta, cento trinta e um, e cento trinta e dous, relativas aos peitados, e peitantes, se observarão a respeito dos subornados e subornadores.

SECÇÃO IV.

Concussão.

Art. 135. Julgar-se-ha commettido este crime:

1.º Pelo empregado publico, encarregado da arrecadação, cobrança, ou administração de quaesquer rendas, ou dinheiros públicos, ou da distribuição de algum imposto, que directa, ou indirectamente exigir, ou fizer pagar aos contribuintes, o que souber não deverem.

Penas — de suspensão do emprego por seis meses a dous annos.

No caso, cm que o empregado publico se aproprie o que assim tiver exigido, ou o exija para esse fim.

Penas — de perda do emprego; prisão por dous meses a quatro annos, e de multa dc cinco a vinte por cento do que tiver exigido, ou feito pagar.

2.º Pelo que, para cobrar impostos, ou direitos legítimos, empregar voluntariamente contra os contribuintes meios mais gravosos, do que os prescriptos nas leis; ou lhes fizer sofrer injustas vexações.

Penas — de suspensão do emprego por seis a dezoito mezes; e as mais, em que incorrer pela vexação que tiver praticado.

O que para cometter algum destes delictos, usar de força armada, além das penas estabelecidas, sofrerá mais a de prisão por tres mezes a dous annos.

3.º Pelo que, tendo dc fazer algum pagamento em razão do seu officio, exigir por si, ou por outrem, ou

consentir que outrem exija de quem o deve receber algum premio, gratificação, desconto, ou emolumento não determinado por lei.

Penas — de perda do emprego; prisão por dous mezes a quatro annos, e de multa de cinco a vinte por cento do valor exigido, que restituirá se o tiver recebido.

4.^º Pelo que deixar de fazer pagamento, como, e quando dever por desempenho do seu officio, a não ser por motivo justo.

Penas — de suspensão do emprego por um a tres mezes, e de multa de cinco a vinte por cento do que individualmente deixar de pagar.

5.^º Pelo que, para cumprir o seu dever, exigir directa, ou indirectamente gratificação, emolumento, ou premio não determinado por lei.

Penas — perda do emprego; prisão por dous mezes a quatro annos, e de multa de cinco a vinte por cento do valor exigido, que restituirá, se o tiver recebido.

O que em qualquer dos casos mencionados nos números primeiro e segundo se figurar munido de ordem superior, que não tenha.

Penas — de prisão por seis mezes a um anno, além das mais estabelecidas, em que incorrer.

Art. 135. As pessoas particulares, encarregadas por arrendamento, ou por outro qualquer título, de cobrar, e administrar rendas, ou direitos, que comitterem algum dos crimes referidos no artigo antecedente, incorrerão nas mesmas penas, como se fossem empregados públicos.

SEÇÃO V.

Excesso, ou abuso de autoridade, ou influencia proveniente do emprego.

Art. 137. Arrogar-se, e effectivamente exercer sem direito, ou motivo legitimo, qualquer emprego, ou função publica.

Penas — de prisão por um mez a tres annos, e de multa igual ao dobro do ordenado, e mais vencimentos que tiver recebido.

Art. 138. Entrar a exercer as funcções do emprego, sem ter prestado, perante a competente autoridade, o juramento, e a caução, ou fiança, que a lei exigir.

Penas — de suspensão do emprego até a satisfação das condições exigidas, e multa igual ao dobro do ordenado, e mais vencimentos do emprego, que tiver recebido.

Art. 139. Exceder os limites das funções proprias do emprego.

Penas — de suspensão do emprego por um mez a um anno, além das mais, en que incorrer.

Art. 140. Continuar a exercer funções do emprego, ou comissão, depois de saber oficialmente que fia suspenso, demitido, removido, ou substituido legalmente, excepto nos casos, que a lei o autorize para continuar.

Penas — de prisão por tres mezes a um anno, e de multa igual ao dobro do ordenado, e mais vencimentos, que indevidamente tiver recebido, depois de suspenso, demitido, removido, ou substituido legalmente.

Art. 141. Arrogar-se, e effectivamente exercer, sem direito, ou motivo legitimo, comando militar; conservar comando militar contra a ordem do Governo, ou legitimo superior; ou conservar reunida a tropa, depois de saber que a lei, o Governo, ou qualquer autoridade competente tem ordenado, que largue aquelle, e que separe esta.

Penas — de desterro para fóra do Imperio por quinze annos no grão maximo; de degredo para uma das províncias mais remotas da residencia do reo, por oito annos no grão medio; e por quatro no minimo.

Art. 142. Expedir ordem, ou fazer requisição illegal.

Penas — de perda do emprego no grão maximo; de suspensão por tres annos no medio; e por um no minimo.

O que executar à ordem, ou requisição illegal, será considerado olorar, como se tal ordem, ou requisição não existira, e punido pelo excesso de poder, ou jurisdição, que nisso commetter.

Art. 143. São ordens, e requisições illegas as emanadas de autoridade incompetente, ou cistituidas das solemnidades externas necessarias para a sua validade, ou manifestamente contrarias ás leis.

Art. 144. Exceder a prudente faculdade de reprehender, corrigir, ou castigar, offendendo, ultrajando, ou maltratando por obra, palavra, ou escripto algum subalterno, ou dependente, ou qualquer outra pessoa, com quem se trate em razão de officio.

Penas — de suspensão do emprego por um a dez mezes.

Art. 145. Commetter qualquer violencia no exercicio das funções do emprego, ou a pretexto de exercel-as.

Penas — de perda do emprego no grão maximo; de

suspensão por tres annos no medio; e por um no minimo; além das maiores, em que incorrer pela violencia.

Art. 146. Haver para si directa, ou indirectamente, ou por algum acto simulada em todo, ou em parte, propriedade, ou efecto, em cuja administração, disposição, ou guarda deva intervir em razão de officio; ou entrar em alguma especulação de lucro, ou interesse relativamente á dita propriedade, ou efecto.

Penas — de perda do emprego, prisão por dous mezes a quatro annos, e de multa de cinco a vinte por cento da importancia da propriedade, efecto, ou interesse da negociação.

Em todo o caso a adquisição será nulla.

Art. 147. As mesmas penas se imporão aos que commetterem os crimes referidos no artigo antecedente nos casos, em que intervieren com o caracter de peritos, avaliadores, partidores, ou contadores; e bem assim, os tutores, curadores, testamenteiros, e depositarios, que delinquirem de qualquer dos sobreditos modos, relativamente aos bens dos pupilos, testamentários, e depósitos.

Art. 148. Commerciarem directamente os Presidentes, Commandantes de Armas das Províncias, os Magistrados vitalicios, os Parochios, e todos os Ofícios de Fazenda dentro do distrito, em que exercerem suas funções, em quaesquer efeitos que não sejam produções dos seus própriosbens.

Penas — de suspensão do emprego por um a tres annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Será porém permitido a todos os mencionados dar dinheiro a juros, e ter parte por meio de acções nos Bancos, e Companhias publicas, uma vez que não exerçam nellas funções de Director, Administrador, ou Agente, debaixo de qualquer título que seja.

Art. 149. Constituir-se devedor de algum official, ou empregado seu subalterno, ou dali-o por seu siador, ou contrahir com elle alguma outra obrigação pecuniária.

Penas — de suspensão do emprego por tres a novo mezes, e de multa de cinco a vinte por cento da quantia da dívida, fiança, ou obrigação.

Art. 150. Solicitar, ou seduzir mulher, que perante o empregado litigue, esteja culpada, ou accusada, requeira, ou tenha alguma dependencia.

Penas — de suspensão do emprego por quatro a dezois mezes, além das outras, em que tiver incorrido.

Se o que commetter este crime for Juiz de Facto.

Penas — de prisão por dous a dez meses, além das mais, em que incorrer.

Art. 151. Se o crime declarado no artigo antecedente for cometido por carcereiro, guarda, ou outro empregado de cadeia, casa de reclusão, ou de outro estabelecimento semelhante, com mulher, que esteja presa, ou depositada debaixo de sua custódia, ou vigilância; ou com mulher, filha, ou irmã de pessoa, que esteja nessas circunstâncias.

Penas — de perda do emprego, e prisão por quatro a dezasseis meses, além das outras, em que tiver incorrido.

Art. 152. Quando do excesso, ou abuso resultar prejuízo aos interesses nacionais.

Penas — multa de cinco a vinte por cento do prejuízo causado, além das outras, em que tiverem incorrido.

SECÇÃO VI.

Falta da execução no cumprimento dos deveres.

Art. 153. Este crime pode ser cometido por ignorância, descuido, fruixidão, negligência, ou omissão, e será punido pela maneira seguinte:

Art. 154. Deixar de cumprir, ou de fazer cumprir exactamente qualquer lei, ou regulamento. Deixar de cumprir, ou fazer cumprir, logo que lhe seja possível, uma ordem, ou requisição legal de outro empregado.

Penas — de suspensão do emprego por um a nove meses.

Art. 155. Na mesma pena incorrerá o que demorar a execução da ordem, ou requisição, para representar ácerca della, salvo nos casos seguintes:

1.º Quando houver motivo para prudentemente se duvidar da sua autenticidade.

2.º Quando parecer evidente que fôra obtida ob, e subrepticiamente, ou contra a Lei.

3.º Quando da execução se devam prudentemente reciar graves males, que o superior, ou requisitante não tivesse podido prever.

Ainda que, nestes casos, poderá o executor da ordem, ou requisição suspender a sua execução para representar, não será contudo isento da pena, se na representação não mostrar claramente a certeza, ou ponderância dos motivos, em que se fundará.

Art. 156. Deixar de fazer efectivamente responsáveis os subalternos, que não executarem cumprida, e promptamente as Leis, Regulamentos, e ordens, ou não pro-

ceder imediatamente contra elleis, em caso de desobediencia, ou omissão.

Penas — de suspensão do emprego por um a nove mezes.

Art. 157. Largar, ainda que temporariamente, o exercício do emprego sem prévia licença do legitimo superior; ou exceder o tempo de licença concedida, sem motivo urgente, e participado.

Penas — de suspensão do emprego por um a tres annos, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 158. Não empregar para a prisão, ou castigo dos malfeitos, ou réos de crimes publicos, que existirem nos lugares de sua jurisdição, os meios, que estiverem ao seu alcance.

Penas — de suspensão do emprego por um a tres mezes, e de multa correspondente à terça parte do tempo.

Art. 159. Negar, ou demorar a administração da Justiça, que couber em suas atribuições, ou qualquer auxílio, que legalmente se lhe peça, ou a causa publica exija.

Penas — de suspensão do emprego por quinze dias a tres mezes, e de multa correspondente à terça parte do tempo.

Art. 160. Julgar, ou proceder contra lei expressa.

Penas — de suspensão do emprego por um a tres annos.

Art. 161. Se pelo julgamento em processo criminal imponer ao réo maior pena, do que a expressa na lei.

Penas — de perda do emprego, e de prisão por um a seis annos.

Art. 162. Infringir as leis, que regulam a ordem do processo, danificando a que seja reformado.

Penas — de fazer a reforma à sua custa, e de multa igual à despesa que nella se fizer.

Art. 163. Julgarem os Juizes de Dírcito, ou os de Facto, causas, em que a lei os tenha declarado suspeitos, ou em que as partes os bajam legitimamente recusado, ou dado por suspeitos.

Penas — de suspensão por um a tres annos, e de multa correspondente à sexta parte do tempo.

Art. 164. Revelar algum segredo, de que esteja instruído em razão de officio.

Penas — de suspensão do emprego por dous a dezoito mezes, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 165. Se a revelação for de segredo, que interesse à Independencia, e Integridade da Nação, em algum dos casos especificados no Título primeiro, Capítulo primeiro.

Penas — dobradas.

SECCAO VII.

Irregularidade de conducta.

Art. 166. O empregado publico, que fôr convencido de incontinencia publica, e escandalosa; ou de vicios de jogos prohibidos; ou de embriaguez repetida; ou de haver-se com ineptidão notoria; ou desidia habitual no desempenho de suas funções.

Penas — de perda do emprego com inhabilidade para obter outro, enquanto não tiver constar a sua completa emenda.

CAPITULO II.

FALSIDADE.

Art. 167. Fabricar qualquer escriptura, papel, ou assignatura falsa, em que não tiver convindo a pessoa, a quem se attribuir, ou de que ella ficar em plena ignorância.

Fazer em uma escriptura, ou papel verdadeiro, alguma alteração, da qual resulte a do seu sentido.

Suprimir qualquer escriptura, ou papel verdadeiro.

Usar de escriptura, ou papel falso, ou falsificado, como se fosse verdadeiro, sabendo que o não é.

Concorrer para a falsidade, ou como testemunha, ou por outro qualquer modo.

Penas — de prisão com trabalho por dous meses a quatro annos, e de multa de cinco a vinte por cento do dano causado, ou que se poderia causar.

Art. 168. Se da falsidade resultar outro crime, a que esteja imposta pena maior, nella tambem incorrerá o réo.

CAPITULO III.

PERJURIO.

Art. 169. Jurar falso em juizo.

Se a causa, em que se prestar o juramento for civil.

Penas — de prisão com trabalho por um mez a um anno, e de multa de cinco a vinte por cento do valor da causa.

Se a causa fôr criminal, e o juramento para absolvição do réo.

Penas — de prisão com trabalho por dous mezes a dous annos, e de multa correspondente à metade do tempo.

Se fôr para a condenação do réo em causa capital.

Penas — de gaçis perpétuos na gácia máxima; prisão com trabalho por quinze annos no mínimo; e por oito no mínimo.

Se fôr para a condenação em causa não capital.

Penas — de prisão com trabalho por tres a nove annos, e de multa correspondente à metade do tempo.

TÍTULO VI.

Dos crimes contra o Thesouro Pùblico, e propriedade pública.

CAPITULO I.

PECULATO.

Art. 170. Apropriar-se o empregado público, consumir, extraviar, ou consentir que outrem se aproprie, consuma, ou extravie, em todo ou em parte, dinheiros, ou efeitos públicos, que tiver a seu cargo.

Penas — de perda do emprego, prisão com trabalho por dous mezes a quatro annos, e multa de cinco a vinte por cento da quantia, ou valor dos efeitos apropriados, consumidos, ou extravizados.

Art. 171. Emprestar dinheiros ou efeitos públicos, ou fazer pagamentos antes do tempo do seu vencimento, não sendo para isso legalmente autorizado.

Penas — de suspensão do emprego por um mês a um anno, e de multa de cinco a vinte por cento da quantia, ou valor dos efeitos que tiver emprestado, ou pago antes do tempo.

Art. 172. Nas mesmas penas dos artigos antecedentes incorrerão, e na de perda do interesse, que deviam perceber, os que por qualquer título tiverem a seu cargo dinheiros, ou efeitos públicos, e delas se apropriarem, consumirem, extraviassem, ou consuntirem que outrem se aproprie, consuma, ou extravie; e os que os emprestarem, ou lizarem pagamentos antes de tempo sem autorização legal.

CAPITULO II.

MOEDA FALSA.

Art. 173. Fabricar moeda sem autoridade legítima, ainda que seja feita daquella matéria, e com aquella forma, de que se faz, e que tem a verdadeira, e ainda que tenha o seu verdadeiro, e legítimo peso, e valor intrínseco.

Penas — de prisão com trabalho, por um a quatro annos, e de multa correspondente à terça parte do tempo, além da perda da moeda achada, e dos objectos destinados ao fabrico.

Se a moeda não for fabricada da matéria, ou com o peso legal.

Penas — de prisão com trabalho, por dous a oito annos, e de multa correspondente à metade do tempo, além da perda sobreedita.

Art. 174. Fabricar, ou falsificar qualquer papel de crédito, que se receba nas estações públicas, como moeda; ou introduzir a moeda falsa, fabricada em paiz estrangeiro.

Penas — de prisão com trabalho por dous a oito annos, e de multa correspondente à metade do tempo, além da perda sobreedita.

Art. 175. Introduzir dolosamente na circulação moeda falsa, ou papel de crédito, que se receba nas estações públicas, como moeda, sentindo falso.

Penas — de prisão por seis mezes a dous annos, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 176. Diminuir o peso da verdadeira moeda, ou aumentar-lhe o valor por qualquer artifício.

Penas — de prisão com trabalho por deus mezes a quatro annos, e de multa igual à metade do tempo.

CAPITULO III.

CONTRABANDO.

Art. 177. Importar, ou exportar generos, ou mercadorias proibidas; ou não pagar os direitos dos que são permittidos, na sua importação, ou exportação.

Penas — perda das mercadorias ou generos, e de multa igual à metade do valor delles.

CAPITULO IV.

DESTRUICAO, OU DAMNIFICACAO DE CONSTRUCOES,
MONUMENTOS, E BENS PUBLICOS.

Art. 178. Destruir, abater, mutilar, ou damnificar monumentos, edificios, bens publicos, ou quaesquer outros objectos destinados á utilidade, decoração, ou recreio público.

Penas—de prisão com trabalho por dous mezes a quatro annos, e de multa de vinte a vinte por cento do valor de danno causado.

PARTE TERCEIRA.

Dos crimes particulares.

TITULO I.

Dos crimes contra a liberdade individual.

Art. 179. Reduzir á escravidão a pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade.

Penas—de prisão por tres a nove annos, e de multa correspondente á terça parte do tempo; nunca porém o tempo de prisão será menor, que o do captiveiro injusto, e mais uma terça parte.

Art. 180. Impedir que alguém faça o que a lei permite, ou obrigar a fazer o que elle não manda.

Penas—de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo de prisão.

Se este crime for commettido por empregado publico, que para isso se servir do seu emprego, incorrerá, além das penas declaradas, na de suspensão do emprego por dous mezes a quatro annos.

Art. 181. Ordenar a prisão de qualquer pessoa, sem ter para isso competente autoridade, ou antes de culpa formada, não sendo nos casos em que a lei o permitte.

Executar a prisão sem ordem legal escripta de legitima autoridade, exceptuados os Militares, ou Officiaes de Justiça, que incumbidos da prisão dos malfeitos, prenderem algum individuo suspeito, para o apresenta-

rein directamente ao Juiz; e exceptuado também o caso de flagrante delicto.

Mandar qualquer Juiz prender alguém fora dos casos permittidos nas leis, ou mandar que, depois de preso, esteja incomunicável além do tempo, que a Lei marcar.

Mandar meter em prisão, ou não mandar soltar della o réo, que der fiança legal nos casos, em que a lei a admitte.

Receber o Carcereiro algum preso sem ordem escripta da competente autoridade, não sendo nos casos acima exceptuados, quando não for possível a apresentação ao Juiz.

Ter o Carcereiro, sem ordem escripta de competente autoridade, algum preso incomunicável; ou tel-o em diversa prisão da destinada pelo Juiz.

Occultar o Juiz, ou o Carcereiro, algum preso á autoridade, que tiver direito de exigir a sua apresentação.

Demorar o Juiz o processo do réo preso, ou afiançado além dos prazos legaes; ou faltar aos actos do seu livreamento.

Penas — de suspensão do emprego por um mez a um anno, e de prisão por quinze dias a quatro mezes; nunca porém por menos tempo, que o da prisão do offendido, e da mais a terça parte.

Art. 182. Não dar o Juiz ao preso, no prazo marcado na Constituição, a nota por elle assignada, que conteña o motivo da prisão, e os nomes do accusador, e das testemunhas, havendo-as.

Penas — de prisão por cinco dias a um mez.

Art. 183. Recusarem os Juizes, á quem for permittido passar ordens de — *habeas-corpus* — concedel-as, quando lhes forem regularmente requeridas, nos casos, em que podem ser legalmente passadas; retardarem sem motivo a sua concessão, ou deixarem de propósito, e com conhecimento de causa, de as passar independente de petição, nos casos em que a Lei o determinar.

Art. 184. Recusarem os Oficiaes de Justiça, ou demorarem por qualquer modo a intimação de uma ordem de — *habeas-corpus* — que lhes tenha sido apresentada, ou a execução das outras diligencias necessarias para que essa ordem surta efecto.

Penas — de suspensão do emprego por um mez a um anno, e de prisão por quinze dias a quatro mezes.

Art. 185. Recusar, ou demorar a pessoa, a quem for dirigida uma ordem legal de — *habeas-corpus* — e devidamente intimada, a remessa, e apresentação do preso no lugar, e tempo determinado pela ordem; deixar de

dar conta circumstanciada dos motivos da prisão, ou do não cumprimento da ordem, nos casos declarados pela Lei.

Penas — de prisão por quatro a dezasseis mezes, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 186. Fazer remessa do preso á outra autoridade; occultar-o, ou mudar-o de prisão, com o fim de illudir uma ordem de — *habeas-corpus* — depois de saber por qualquer modo que ella foi passada, e tem de lhe ser apresentada.

Penas — de prisão por oito mezes a tres annos, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 187. Tornar a prender pela mesma causa a pessoa, que tiver sido solta por efeito de uma ordem de — *habeas-corpus* — passada competentemente.

Penas — de prisão por quatro mezes a dous annos, e de multa correspondente à metade do tempo.

Se os crimes, de que tratam os tres artigos antecedentes, forem cometidos por empregados publicos em razão, e no exercicio de seus empregos, incorrerão, em lugar de pena de multa, na de suspensão dos empregos; a saber: no caso do artigo cento e vintena e cinco, por dous mezes a dous annos; no caso do artigo cento e vintena e seis, por um a quatro annos; e no caso do artigo cento e vintena e sete, por seis mezes a tres annos.

Art. 188. Recusar-se qualquer cidadão de mais de dzoito annos de idade, e de menos de cincuenta, sem motivo justo, a prestar auxilio ao Official encarregado da execução de uma ordem legítima de — *habeas-corpus* — sendo para isso devidamente intimado.

Penas — de multa de dez a sessenta mil réis.

Art. 189. Prender alguém em carcere privado, ainda que haja autoridade, ou ordem competente para se ordenar, ou executar a prisão.

Penas — de prisão por quinze dias a tres mezes; nunca porém por menos tempo do que o da prisão do offendido.

Art. 190. Haverá carcere privado, quando alguém fôr recolhido preso em qualquer casa, ou edifício não destinado para prisão publica, ou ahi conservado sem urgentissima necessidade pela autoridade, official, ou pessoa, que o mandar prender, ou o prender; e bem assim, quando fôr preso nas prisões publicas por quem não tiver autoridade para o fazer.

Art. 191. Perseguir por motivo de religião ao que respeitar a do Estado, e não offendere a moral publica.

Penas — de prisão por um a tres mezes, além das mais, em que possa incorrer.

TITULO II.

Dos crimes contra a segurança individual.

CAPITULO I.

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DA PESSOA, E VIDA.

SECCÃO I.

Homicídio.

Art. 192. Matar alguém com qualquer das circunstâncias aggravantes mencionadas no artigo dezaseis, numeros dous, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze, e dezassete.

Penas — de morte no grão maximo ; galés perpetuas no médio ; e de prisão com trabalho por vinte annos no minímo.

Art. 193. Se o homicídio não tiver sido revestido das referidas circunstâncias aggravantes.

Penas — de galés perpetuas no grão maximo ; de prisão com trabalho por doze annos no médio ; e por seis no minímo.

Art. 194. Quando a morte se verificar, não porque o mal causado fosse mortal, mas porque o offendido não applicasse toda a necessaria diligencia para removê-lo.

Penas — de prisão com trabalho por dous a dez annos.

Art. 195. O mal se julgará mortal a juizo dos facultativos ; e, discordando estes, ou não sendo possivel ouvi-los, será o réo punido com as penas do artigo antecedente.

Art. 196. Ajudar alguém a suicidar-se, ou fornecer-lhe meios para esse fim com conhecimento de causa.

Penas — de prisão por dous a seis annos.

SECCÃO II.

Infanticídio.

Art. 197. Matar algum recem-nascido.

Penas — de prisão por tres a doze annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 198. Se a propria mãe matar o filho recem-nascido para occultar a sua deshonra.

Penas — de prisão com trabalho por um a tres annos.

LEGISLATIVO.

181

SECÇÃO III.

Aborto.

Art. 199. Ocasionar aborto por qualquer meio empregado interior, ou exteriormente com consentimento da mulher pejada.

Penas — de prisão com trabalho por um a cinco annos.

Se este crime for commettido sem consentimento da mulher pejada.

Penas — dobradas.

Art. 200. Fornecer com conhecimento de causa drogas, ou quaisquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique.

Penas — de prisão com trabalho por dous a seis annos.

Se este crime for commettido por medico, boticario, cirurgião, ou praticante de taes artes.

Penas — dobradas.

SECÇÃO IV.

Ferimentos, e outras offensas physicas.

Art. 201. Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra offensa physica, com que se cause dor ao offendido.

Penas — de prisão por um mez a um anno, e multa correspondente á metade do tempo.

Art. 202. Se houver, ou resultar mutilação, ou destruição de algum membro, ou orgão, dotado de um movimento distinto, ou de uma função específica, que se pôde perder, sem perder a vida.

Penas — de prisão com trabalho por um a seis annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 203. A mesma pena se imporá no caso, em que houver, ou resultar inhabilitação de membro, ou orgão, sem que contudo fique destruído.

Art. 204. Quando do ferimento, ou outra offensa physica resultar deformidade.

Penas — de prisão com trabalho por um a tres annos, e multa correspondente á metade do tempo.

Art. 205. Se o mal corporeo resultante do ferimento, ou da offensa physica produzir grave incommodo de

saudade, ou inhabilitação de serviço por mais de um muez.

Penas — de prisão com trabalho por um a oito annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 206. Causar á alguém qualquer dôr physica com o unico fim de o injuriar.

Penas — de prisão por dous mezes a dous annos, e de multa correspondente a duas terças partes do tempo. Se para esse fim se usar de instrumento aviltante, ou se fizer offensa em lugar publico.

Penas — de prisão por quatro mezes a quatro annos, e de multa correspondente a duas terças partes do tempo.

SECCÃO V.

Ameaças.

Art. 207. Prometter, ou protestar fazer mal á alguém por meio de ameaças, ou seja de palavra, ou por escripto, ou por outro qualquier modo.

Penas — de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente a duas terças partes do tempo.

Quando este crime for commettido contra corporações, as penas serão dobradas.

Art. 208. Se as ameaças forem feitas em publico, julgar-se-ha circumstancia aggravante.

SECCÃO VI.

Entrada na casa alheia.

Art. 209. Entrar na casa alheia de noite, sem consentimento de quem nella morar.

Penas — de prisão por dous a seis mezes, e multa correspondente á metade do tempo.

Não terá porém lugar a pena :

1.º No caso de incendio, ou ruina actual da casa, ou das immediatas.

2.º No caso de inundação.

3.º No caso de ser de dentro pedido socorro.

4.º No caso de se estar alli commettendo algum crime de violencia contra pessoa.

Art. 210. Entrar na casa de dia, fóra dos casos permitidos, e sem as formalidades legaes.

Penas — de prisão por um a tres mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 211. A entrada de dia na casa do cidadão é permitida:

1.º Nos casos, em que se permite de noite.

2.º Nos casos, em que na conformidade das leis se deve proceder à prisão dos delinquentes; à busca, ou apreensão de objectos roubados, furtados, ou havidos por meios criminosos; à investigação de instrumentos, ou vestígios de delito, ou de contrabandos, e à penhora, ou sequestro de bens, que se occultam, ou negam.

3.º Nos casos de flagrante delicto, ou em seguimento do réo achado em flagrante.

Art. 212. Nos casos mencionados no numero segundo do artigo antecedente se guardarão as seguintes formalidades:

1.º Ordem escripta de quem determinou a entrada com expressa designação da diligencia, e do motivo della.

2.º Assistencia de um Escrivão, ou de qualquer Oficial de Justiça com duas testemunhas pelo menos.

Art. 213. O Oficial de Justiça encarregado da diligencia executará-a com toda a atenção para com os moradores da casa, respeitando a modestia, e o decoro da familia; e de tudo se lavrará auto assignado pelo Oficial, e pelas testemunhas.

A transgressão deste artigo será punida com a prisão de cinco dias a um mcz.

Art. 214. As disposições sobre a entrada na casa do cidadão, não comprehendem as casas publicas de estalagem, e de jogo, e as lojas de bebidas, tabernas, e outras semelhantes, enquanto estiverem abertas.

SECÇÃO VII.

Abertura de cartas.

Art. 215. Tirar maliciosamente do Correio cartas, que lhe não pertencem, sem autorização da pessoa, a quem virem dirigidas.

Penas — de prisão por um a tres meses, e de multa de dez a cincuenta mil réis.

Art. 216. Tirar, ou haver as cartas da mão, ou do poder de algum portador particular por qualquer maneira que seja.

Penas — as mesmas do artigo antecedente, além das em que incorrer, se para commetter este crime usar o réo de violencia, ou arrombamento.

Art. 217. As penas dos artigos antecedentes serão dobradas, em caso de se descobrir a outro o que nas cartas se contiver, em todo ou em parte.

Art. 218. As cartas, que forem tiradas por qualquer das maneiras mencionadas, não serão admittidas em Juízo.

CAPITULO II.

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DA HONRA.

SECÇÃO I.

Estupro.

Art. 219. Desflorar mulher virgem, menor de dezoito annos.

Penas — de desterro para fóra da comarca, em que residir a deflorada, por um a tres annos, e de dotar a esta.

Segundo-se o casamento, não terão lugar as penas.

Art. 220. Se o que commetter o estupro, tiver em seu poder ou guarda a deflorada.

Penas — de desterro para fóra da província, em que residir a deflorada, por dous a seis annos, e de dotar a esta.

Art. 221. Se o estupro fôr commettido por parente da deflorada em grão, que não admitta dispensa para casamento.

Penas — de degredo por dous a seis annos para a província mais remota da em que residir a deflorada, e de dotar a esta.

Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta.

Penas — de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida.

Se a violentada fôr prostituta.

Penas — de prisão por um mez a dous annos.

Art. 223. Quando houver simples offensa pessoal para sim libidinoso, causando dor, ou algum mal corporeo a alguma mulher, sem que se verifique a copula carnal.

Penas — de prisão por um a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo, além das em que incorrer o réo pela offensa.

Art. 224. Seduzir mulher honesta, menor de dezasseis annos, e ter com ella copula carnal.

Penas — de desterro para fóra da comarca, em que residir a seduzida, por um a tres annos, e de dotar a esta.

Art. 225. Não haverão as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que casarem com as offendidas.

SEÇÃO II.

Repto.

Art. 226. Tirar para fim libidinoso, por violencia, qualquer mulher da casa, ou lugar em que estiver.

Penas — de dous a dez annos de prisão com trabalho, e de dotar a offendida.

Art. 227. Tirar para fim libidinoso, por meio de afagos e promessas, alguma mulher virgem, ou reputada tal, que seja menor de dezasete annos, de casa de seu pai, tutor, curador, ou outra qualquer pessoa, em cujo poder, ou guarda estiver.

Penas — de prisão por um a tres annos, e de dotar a offendida.

Art. 228. Seguindo-se o casamento em qualquer destes casos, não terão lugar as penas.

SEÇÃO III.

Calumnia, e injuria.

Art. 229. Julgar-se-ha crime de calumnia, o atribuir falsamente a alguém um facto, que a lei tenha qualificado criminoso, e em que tenha lugar a acção popular, ou procedimento oficial de Justiça.

Art. 230. Se o crime de calumnia for cometido por meio de papeis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas contra corporações, que exerçam autoridade publica.

Penas — de prisão por oito meses a dous annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 231. Se a calumnia for contra qualquer Depósito, ou Agente de Autoridade publica, em razão do seu officio.

Penas — de prisão por seis a dezoito mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 232. Se fôr contra qualquer pessoa particular, ou empregado público, sem ser em razão do seu ofício.

Penas — de prisão por quatro mezes a um anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 233. Quando a calunnia fôr cometida sem ser por algum dos meios mencionados no artigo duzentos e trinta, será punida com metade das penas estabelecidas.

Art. 234. O que provar o facto criminoso imputado, ficará isento de toda a pena.

Art. 235. A acusação proposta em Juízo, provando-se ser caluniosa, e intentada de má fé, será punida com a pena do crime imputado, no grão mínimo.

Art. 236. Julgar-se-há crime de injuria:

1.º Na imputação de um facto criminoso não compreendido no artigo duzentos e vinte e nove.

2.º Na imputação de vícios ou defeitos, que possam expôr ao ódio, ou desprezo público.

3.º Na imputação vaga de crimes, ou vícios sem factos especificados.

4.º Em tudo o que pôde prejudicar a reputação de alguém.

5.º Em discursos, gestos, ou signaes reputados insultantes na opinião pública.

Art. 237. O crime de injuria cometido por algum dos meios mencionados no artigo duzentos e trinta.

1.º Contra corporações, que exerçam autoridade pública.

Penas — de prisão por quatro mezes a um anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

2.º Contra qualquer Depositário, ou Agente de Autoridade pública em razão do seu ofício.

Penas — de prisão por tres a nove mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

3.º Contra pessoas particulares, ou empregados públicos, sem ser em razão de seu ofício.

Penas — de prisão por dous a seis mezes, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 238. Quando a injuria fôr cometida, sem ser por algum dos meios mencionados no artigo duzentos e trinta, será punida com metade das penas estabelecidas.

Art. 239. As imputações feitas a qualquer Corporação, Depositário, ou Agente de Autoridade pública, contendo factos ou omissões contra os deveres dos seus empregos,

não sujeitam a pena alguma, provando-se a verdade delas.

Aquellas porém que contiverem factos da vida privada, ou sejam contra empregados publicos, ou contra particulares, não serão admittidas à prova.

Art. 240. Quando a calunnia, ou injuria forem equivocas, poderá o offendido pedir explicações em Juizo, ou fóra dele.

O que em Juizo se recusar a estas explicações, ficará sujeito às penas da calunnia, ou injuria, à que o equívoco der lugar.

Art. 241. O Juiz que encontrar calumnias, ou injurias, escriptas em allegações, ou cotas de autos públicos, as mandará riscar a requerimento da parte offendida, e poderá condenar o seu autor, sendo advogado, ou procurador, em suspensão do ofício por oito a trinta dias, e em multa de quatro a quarenta mil réis.

Art. 242. As calumnias, e as injurias contra o Imperador, ou contra a Assembléa Geral Legislativa, serão punidas com o dobro das penas estabelecidas nos artigos duzentos e trinta, e duzentos e trinta e tres.

Art. 243. As calumnias, e as injurias feitas a todos, ou a cada um dos Agentes do Poder Executivo, não se entendem directa, nem indirectamente feitas ao Imperador.

Art. 244. As calumnias, e as injurias contra o Regente, ou a Regencia, o Príncipe Imperial, a Imperatriz, ou contra cada uma das Camaras Legislativas, serão punidas com o dobro das penas estabelecidas nos artigos duzentos trinta e um, duzentos trinta e tres, duzentos trinta e sete paragrapho segundo, e duzentos e trinta e oito.

Art. 245. As calumnias, e as injurias contra alguma das pessoas da Família Imperial, ou contra algum dos membros das Camaras Legislativas, em razão do exercício das suas atribuições, serão punidas com o dobro das penas estabelecidas nos artigos duzentos trinta e dous, duzentos trinta e tres, duzentos trinta e sete paragrapho terceiro, e duzentos trinti e oito.

Art. 246. Provando-se que o delinquente teve paga, ou promessa para commetter alguma calunnia ou injuria, além das outras penas, incorrerá mais na do duplo dos valores recebidos, ou promettidos.

CAPITULO III.

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO CIVIL. E
DOMESTICO.

SECÇÃO I.

Celebração do matrimonio contra as Leis do Imperio.

Art. 247. Receber o Ecclesiastico, em matrimonio, a contrabentes, que se não mostrarem habilitados na conformidade das Leis.

Penas—de prisão por dous mezes a um anno, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 248. Contrahir matrimonio clandestino.

Penas—de prisão por dous mezes a um anno.

SECÇÃO II.

Polygomia.

Art. 249. Contrahir matrimonio segunda, ou mais vezes, sem se ter dissolvido o primeiro.

Penas—de prisão com trabalho por um a seis annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

SECÇÃO III.

Adulterio.

Art. 250. A mulher casada, que commetter adulterio, será punida com a pena de prisão com trabalho por um a tres annos.

A mesma pena se imporá neste caso ao adulterio.

Art. 251. O homem casado, que tiver concubina, teúda, e manteúda, será punido com as penas do artigo antecedente.

Art. 252. A accusação deste crime não será permitida á pessoa, que não seja marido, ou mulher; e estes mesmos não terão direito de accusar, se em algum tempo tiverem consentido no adulterio.

Art. 253. A accusação por adulterio deverá ser intentada conjuntamente contra a mulher, e o homem, com quem ella tiver commettido o crime, se fôr vivo; e um não poderá ser condemnado sem o outro.

SEÇÃO IV.

PARTO SUPPOSTO, E OUTROS FINGIMENTOS.

Art. 234. Fingir-se a mulher prenhe, e dar o parto alheio por seu, ou sendo verdadeiramente prenhe, substituir a sua por outra criança; furtar alguma criança, occultal-a, ou trocal-a por outra.

Penas — de prisão por quatro meses a dois anos, e multa correspondente à metade do tempo, além das mais, em que incorrer.

Art. 235. Fingir-se o homem marido de uma mulher contra a vontade desta para usurpar direitos maritais; ou fingir-se a mulher casada com um homem para o mesmo fim.

Penas — de prisão com trabalho por um a seis anos, e multa correspondente à metade do tempo.

Se este fingimento fôr de acordo do homem com a mulher em prejuízo de terceiro, além das referidas penas, sofrerão mais as em que incorrerem pelo mal, que causarem.

Art. 236. Fingir-se empregado público.

Penas — de prisão por um mês a um anno, e de multa correspondente à metade do tempo.

TÍTULO III.

Dos crimes contra a propriedade.

CAPITULO I.

FURTO.

Art. 237. Tirar a cousa alheia contra a vontade de seu dono, para si, ou para outro.

Penas — de prisão com trabalho por dous meses a quatro annos, e de multa de cinco a vinte por cento do valor furtado.

Art. 238. Também commetterá furto, e incorrerá nas penas do artigo antecedente, o que tendo para algum fim recebido a cousa alheia por vontade de seu dono, se arrogar depois o domínio, ou uso, que lhe não fôra transferido.

Art. 239. Tirar sem autorização legal a cousa propria, quando se achar em poder de terceiro por convenção, ou determinação judicial, e o terceiro com a tirada sentir prejuízo, ou estiver a soffrel-o.

Penas — as mesmas do artigo antecedente.

Art. 260. Mais se julgará furto a achada da cousa alheia perdida, quando se não manifestar ao Juiz de Paz do distrito, ou Oficial de Quartelão, dentro de quinze dias depois que fôr achada.

Penas — de prisão com trabalho por um mez a deus annos, e de multa de cinco a vinte por cento do valor da cousa achada.

Art. 261. Imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir quaesquer escriptos, ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos, ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem, e dez annos depois da sua morte, se deixarem herdeiros.

Penas — de perda de todos os exemplares para o autor, ou traductor, ou seus herdeiros; ou na falta delles, do seu valor, e outro tanto, e de multa igual ao tresdobro do valor dos exemplares.

Se os escriptos, ou estampas pertencerem a Corporações, a proibição de imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir, durará sómente por espaço de dez annos.

Art. 262. Não se dará acção de furto entre marido, e mulher, ascendentes, e descendentes, e afins, nos mesmos grados; nem por ella poderão ser demandados os viúvos, ou viúvas, quanto às cousas, que pertenceram ao conjugue morto, tendo-se sómente lugar em todos estes casos a acção civil para a satisfação.

CAPITULO II.

BANCARROTA, ESTELLIONATO, E OUTROS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE.

Art. 263. A bancarrota, que fôr qualificada de fraudulenta na conformidade das Leis do commercio, será punida com a prisão com trabalho por um a oito annos.

Na mesma pena incorrerão os complices.

Art. 264. Julgar-se-ha crime de estellionato:

1.^º A alheação de bens alheios como proprios, ou a troca das cousas, que se deverem entregar por outras diversas.

2.^º A alheação, locação, aforamento, ou arretamento da cousa própria já alheizada, locada, aforada, ou arrendada á outrien; ou a alheação da cousa própria especialmente hypothecada á terceiro.

3.^º A hypotheca especial da mesma cousa á diversas pessoas, não chegando o seu valor para pagamento de todos os credores hypothecários.

4.^o Em geral todo, e qualquer artificio fraudulento, pelo qual se obtenha de outrem toda a sua fortuna, ou parte dela, ou quaisquer titulos.

Penas — de prisão com trabalho por seis meses a seis annos, e de multa de cinco a vinte por cento do valor das causas, sobre que versar o estellionato.

Art. 263. Usar de qualquer falsidade para se constituir a outro em obrigação, que não tiver em vista, ou não poder contrahir.

Desviar, ou dissipar em prejuizo do proprietario, possuidor, ou detendor, causa de qualquer valor, que se tenha confiado por qualquer motivo com a obrigação de a restituir, ou apresentar.

Tirar folhas de autos, ou livros judiciaes; subtrahir do Juizo documentos nesse oferecidos, sem licença judicial.

Penas — de prisão com trabalho por dous mezes a quatro annos, e de multa de cinco a vinte por cento da quantia da obrigação, ou do valor desviado, ou dissipado ou do danno causado.

CAPITULO III.

DAMNO.

Art. 266. Destruir, ou diminuir uma causa alheia de qualquer valor.

Penas — de prisão por dez a quarenta dias, e de multa de cinco a vinte por cento do valor destruido, ou diminuido.

Se concorrerem circunstâncias aggravantes.

Penas — de prisão com trabalho por dous mezes a quatro annos, e a mesma multa.

Art. 267. Se a destruição, ou diminuição for de causas, que servirem a distinguir, e separar os limites dos predios.

Penas — de prisão por vinte dias a quatro mezes, e a mesma multa.

Se a destruição, ou diminuição neste caso for feita para se apropriar o delinquente do terreno alheio.

Penas — as mesmas do furto.

DISPOSIÇÃO COMMUN.

Art. 268. Haverá crime contra a propriedade, ou o seu objecto tinha valor por si, ou de qualquer maneira o represente.

TITULO IV.

Dos crimes contra a pessoa, e contra a propriedade.

Art. 260. Roubar, isto é, furtar, fazendo violencia á pessoa, ou ás cousas.

Penas — galés por um a oito annos.

Art. 270. Julgar-se-ha violencia feita á pessoa, todas as vezes que por meio de offensas physicas, de ameaças, ou por outro qualquer meio, se reduzir alguém a não defender as suas cousas.

Julgar-se-ha violencia feita á causa, todas as vezes que se destruirem os obstáculos á perpetração dos roubos, ou se fizerem arrombamentos exteriores, ou interiores.

Os arrombamentos se considerarão feitos todas as vezes que se empregar a força, ou quacsquer instrumentos, ou apparelhos para vencer os obstáculos.

Art. 271. Se para verificação do roubo, ou no acto delle, se commetter morte.

Penas — de morte no grão maximo; galés perpetuas no médio; e por vinte annos no minímo.

Art. 272. Quando se commetter alguma outra offensa physica, irreparavel, ou de que resulte deformidade, ou aleijão.

Penas — de galés por quatro a doze annos.

Se da offensa physica resultar grave incommodo de saúde, ou inhabilitação de serviço por mais de um mez.

Penas — de galés por dous a dezaseis annos.

Em todos os casos dos artigos antecedentes, pagará o réo uma multa de cinco a vinte por cento do valor roubado.

Art. 273. Tambem se reputará roubo, e como tal será punido, o furto feito por aquelle, que se singir empregado publico, e autorizado para tomar a propriedade alheia.

Art. 274. A tentativa do roubo, quando se tiver verificado a violencia, ainda que não haja a tirada da causa alheia, será punida, como o mesmo crime.

DISPOSIÇÃO COMMUN AOS DELICTOS PARTICULARS.

Art. 275. O abuso de poder dos empregados publicos nestes delictos será considerado circumstância aggravante.

PARTE QUARTA.*Dos crimes policiais.***CAPITULO I.****OFFENSAS DA RELIGIÃO, DA MORAL, E BONS COSTUMES.**

Art. 276. Celebrar em casa, ou edifício, que tenha alguma fôrma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado.

Penas — de serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para o culto; da demolição da fôrma exterior; e de multa de dous a doze mil réis, que pagará cada um.

Art. 277. Abusar ou zombar de qualquer culto establecido no Imperio, por meio de papéis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, ou por meio de discursos proferidos em públicas reuniões, ou na occasião, e lugar, em que o culto se prestar.

Penas — de prisão por um a seis meses, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 278. Propagar por meio de papéis impressos, lithographados, ou gravados, que se distribuirem por mais de quinze pessoas; ou por discursos proferidos em públicas reuniões, doutrinas que directamente destruam as verdades fundamentaes da existencia de Deus, e da immortalidade da alma.

Penas — de prisão por quatro mezes a um anno, e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 279. Offender evidentemente a moral publica, em papéis impressos, lithographados, ou gravados, ou em estampas, e pinturas, que se distribuirem por mais de quinze pessoas, e hem assim a respeito destas, que estejam expostas publicamente à venda.

Penas — de prisão por dous a seis mezes, de multa correspondente à metade do tempo, e de perda das estampas, e pinturas, ou na falta dellas, do seu valor.

Art. 280. Praticar qualquer acção, que na opinião publica seja considerada como evidentemente offensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar público.

Penas — de prisão por dez a quarenta dias; e de multa correspondente à metade do tempo.

Art. 281. Ter casa publica de tabolagem para jogos, que forem prohibidos pelas posturas das Camaras Municipaes.

Penas — de prisão por quinze a sessenta dias, e de multa correspondente à metade do tempo.

CAPITULO II.

SOCIEDADES SECRETAS.

Art. 282. A reunião de mais de dez pessoas em uma casa em certos, e determinados dias, sómente se julgará criminosa, quando fôr para fim, de que se exija segredo dos associados, e quando neste ultimo caso não se comunicar em forma legal ao Juiz de Paz do distrito, em que se fizer a reunião.

Penas — de prisão por cinco a quinze dias ao chefe, dono, morador, ou administrador da casa; e pelo dobro, em caso de reincidencia.

Art. 283. A comunicação ao Juiz de Paz, deverá ser feita com declaração do fim geral da reunião, com o protesto de que se não oppõe á ordem social, dos lugares, e tempo da reunião, e dos nomes dos que dirigirem o governo da sociedade.

Será assignada pelos declarantes, e apresentada no espaço de quinze dias, depois da primeira reunião.

Art. 284. Se forem falsas as declarações que se fizerem, e as reuniões tiverem fins oppostos á ordem social, o Juiz de Paz, além de dispersar a sociedade, formará culpa aos associados.

CAPITULO III.

AJUNTAMENTOS ILLICITOS.

Art. 285. Julgar-se-ha commettido este crime, reunindo-se tres, ou mais pessoas com a intenção de se ajudarem mutuamente para commetterem algum delicto, ou para privarem illegalmente a alguém do gozo, em exercicio de algum direito, ou dever.

Art. 286. Praticar em ajuntamento ilícito algum dos actos declarados no artigo antecedente.

Penas — de multa de vinte a duzentos mil réis, além das mais, em que tiver incorrido o réo.

Art. 287. Se o ajuntamento ilícito tiver por fim impedir a percepção de alguma taxa, direito, contribuição, ou tributo legitimamente imposto ; ou a execução de alguma Lei, ou sentença ; ou se fôr destinado a soltar algum réo legalmente preso.

Penas — de quarenta a quatrocentos mil réis, além das mais, em que o réo tiver incorrido.

Art. 288. Os que se tiverem retirado do ajuntamento ilícito, antes de se haver commettido algum acto de violencia, não incorrerão em pena alguma.

Art. 289. Quando o Juiz de Paz fôr informado de que existe algum ajuntamento ilícito de mais de vinte pessoas, irá com seu Escrivão ao lugar, e achando o ajuntamento ilícito, proclamará seu carácter, e alcando uma bandeira verde, admoestará aos reunidos, para que se retirem.

Art. 290. Se o Juiz de Paz não fôr obedecido depois de terceira admoestação, poderá empregar força para desfazer o ajuntamento, e reter em custódia os cabeças se lhe parecer necessário.

Art. 291. Se no lugar não houver força armada, ou se fôr difícil a sua convocação, poderá o Juiz de Paz convocar as pessoas, que forem necessárias, para desfazer o ajuntamento.

Art. 292. Os homens livres de mais de dezoito annos de idade, e menos de cincuenta, que sendo convocados pelo Juiz de Paz, ou de ordem sua, para o fim declarado no artigo antecedente, recusarem, ou deixarem de obedecer, sem motivo justo.

Penas — de multa de dez a sessenta mil réis.

Art. 293. Aquelles, que, fazendo parte do ajuntamento ilícito, se não tiverem retirado do lugar um quarto de hora depois da terceira admoestação do Juiz de Paz, ou que, depois de desfeito o ajuntamento, se tornarem a reunir.

Penas — de multa de dez a cem mil réis.

Se tiverem commettido violências antes da primeira admoestação do Juiz de Paz.

Penas — as mesmas estabelecidas nos artigos duzentos oitenta e seis, e duzentos oitenta e sete.

Art. 294. Aquelles, que commetterem violências, depois da primeira admoestação do Juiz de Paz.

Penas — de prisão com trabalho por um à tres annos,

além das mais, em que tiverem incorrido pela violencia.

Se a violencia for feita contra o Juiz de Paz, ou contra as pessoas encarregadas de desfazer o ajuntamento.

Penas — de prisão com trabalho por deus a seis annos, além das mais, em que tiverem incorrido pela violencia.

CAPITULO IV.

VADIOS E MENDIGOS.

Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e util, de que possa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente.

Penas — de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias.

Art. 296. Andar mendigando :

1.º Nos lugares, em que existem estabelecimentos públicos para os mendigos, ou havendo pessoa, que se ofereça a sustentá-los.

2.º Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não hajam os ditos estabelecimentos.

3.º Quando sainirem chatas, ou outras enfermidades.

4.º Quando mesmo invalidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai, e filhos, e não se incluindo também no numero dos quatro as mulheres, que acompanham seus maridos, e os moços, que guiarem os cegos.

Penas — de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mez.

CAPITULO V.

USO DE ARMAS DEFENSAS.

Art. 297. Usar de armas offensivas, que forem proibidas.

Penas — de prisão por quinze a sessenta dias, e de multa correspondente a metade do tempo, além da perda das armas.

Art. 298. Não incorrerão nas penas do artigo antecedente :

1.º Os Officiaes de Justiça, andando em diligencia.

2.^a Os Militares da primeira e segunda linha, e ordenanças, andando em diligencia, ou em exercicio na forma de seus regulamentos

3.^a Os que obtiverem licença dos Juizes de Paz.

Art. 299. As Camaras Municipaes declararão em editaes, quaes sejam as armas offensivas, cujo uso poderão permitir os Juizes de Paz; os casos, em que as poderão permitir; e bem assim quaes as armas offensivas, que será lícito trazer, e usar sem licença aos ocupados em trabalhos, para que elles forem necessarias.

CAPITULO VI.

FABRICO, E USO DE INSTRUMENTOS PARA ROUBAR.

Art. 300. Fabricar gazúa, ou ter, ou trazer com si de dia, ou de noite gazúa, ou outros instrumentos, ou apparelhos proprios para roubar.

Penas — de prisão com trabalho por dois mezes a tres annos.

CAPITULO VII.

USO DE NOMES SUPPOSTOS, E TITULOS INDEVIDOS.

Art. 301. Usar de nome supposto, ou mudado, ou de algum titulo, distintivo, ou condecoração, que não tenha.

Penas — de prisão por dez a sessenta dias, e multa correspondente à metade do tempo.

Art. 302. Se em virtute do sobredito uso se tiver obtido o que de outro modo se não conseguiria.

Penas — a mesma, em que incorreria o réu, se obtivesse por violencia.

CAPITULO VIII.

USO INDEVIDO DA IMPRENSA.

Art. 303. Estabelecer officina de impressão, lithographia, ou gravura, sem declarar perante a Camara da cidade, ou villa, o seu nome, lugar, rua, e casa, em que pretende estabelecer, para ser escrito em livro proprio, que para esse efecto terão as Camaras; e deixar de participar a mudança de casa, sempre que ella aconteça.

Pena — de multa de doze a sessenta mil réis.

Art. 304. Imprimir, lithographar, ou gravar qualquer escripto, ou estampa, sem n'elle se declarar o nome do impressor, ou gravador, a terra em que está a officina, em que fôr impresso, lithographado, ou gravado, e o anno da impressão, lithographia, ou gravura ; faltando-se a todas, ou a cada uma destas declarações.

Penas — de perda dos exemplares, em que houverem as faltas e de multa de vinte e cinco a cem mil réis.

Art. 305. Imprimir, lithographar, ou gravar com falsidade todas, ou qualquer das declarações do artigo antecedente.

Penas — de perda dos exemplares e de multa de cinquenta a duzentos mil réis.

Art. 306. Se a falsidade consistir em attribuir o escripto, ou estampa a impressor, ou gravador, autor, ou editor, que esteja actualmente vivo.

Penas — dobradas.

Art. 307. Deixar de remetter ao Promotor um exemplar do escripto, ou obra impressa, no dia da sua publicação, e distribuição.

Pena — de multa de dez a trinta mil réis.

Disposições gerais.

Art. 308. Este Código não comprehende :

1.º Os crimes de responsabilidade dos Ministros, e Conselheiros de Estado, os quais serão punidos com as penas estabelecidas na lei respectiva.

2.º Os crimes puramente militares, os quais serão punidos na forma das leis respectivas.

3.º Os crimes contra o commercio, não especificados neste Código, os quais continuarão a ser punidos como até aqui.

4.º Os crimes contra a polícia, e economia particular das povoações, não especificados neste Código, os quais serão punidos na conformidade das posturas municipaes.

Art. 309. Todes os crimes cometidos antes da promulgação deste Código, que tiverem de ser sentenciados em primeira, ou segunda instância, ou em virtude de revista concedida, serão punidos com as penas estabelecidas nas leis anteriores, quando forem menores : no caso porém de serem mais graves, poderão os delinquentes reclamar a imposição das que se estabelecerem no presente Código.

Art. 310. Todas as acções, ou omissões, que, sendo criminosas pelas leis anteriores, não são como tais, consideradas no presente Código, não sujeitarão a pena alguma, que já não esteja imposta por sentença, que se tenha tornado irrevogável, ou de que se não conceda revisão.

Exceptuam-se.

As acções, ou omissões não declaradas neste Código, e que não são puramente criminais, às quais pelos regulamentos das autoridades, e leis sobre o processo, esteja imposta alguma multa, ou outra pena, pela falta de cumprimento, de algum dever, ou obrigação.

Art. 311. A pena de galés temporária será substituída pela de prisão com trabalho pelo mesmo tempo, logo que houverem casos de correção nos lugares, em que os réus estiverem cumprindo as sentenças.

Art. 312. A accusação por parte da Justiça continuará em todos os crimes, em que até agora tinha lugar; e nos de abuso da liberdade de comunicar os pensamentos, accusará o Promotor nos casos declarados nos artigos noventa, noventa e nove, cento e dezanove, duzentos quarenta e dous, duzentos quarenta e quatro, duzentos setenta e sete, duzentos setenta e oito, e duzentos setenta e nove.

Art. 313. Ficam revogadas todas as leis em contrário.

Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nello se contém. O Secretario de Estado dos Negócios da Justiça, a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos dezasseis dias do mês de Dezembro de mil oitocentos e trinta, anno da Independência e do Imperio.

Imparador com guarda.

Visconde de Alcantara.

Estava o sello pendente.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que houve por bem Sanctionar, sobre o Código Criminal do Imperio do Brazil, na forma nella declarada.

Para Vossa Magestade Imperial vêr.

Antonio Alvares de Miranda Varejão a fez.

Registrada a fl. 39 do liv. 1.^o de Leis. Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça em 7 de Janeiro de 1831.
José Cuelino de Almeida França.

Visconde de Alcantara.

Foi publicada esta Carta de Lei nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça aos 8 dias do mês de Janeiro de 1831. No impedimento do Oficial Maior, *Antônio Alvaro de Miranda Varejão.*

.....

DECRETO — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1830.

Marca as declarações com que deve ser cumprida a Lei de 18 de Setembro de 1828 da criação do Tribunal Supremo de Justiça.

Hei por bem Sanctionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.^o A Lei de 18 de Setembro de 1828 será cumprida com as seguintes declarações.

Art. 2.^o Devem ser admittidos à matrícula, de que trata o art. 4.^o, § 3.^o não só os Magistrados, que actualmente estiverem empregados, mas também os que já tiverem servido algum lugar, e estiverem habilitados para continuarem no serviço, ainda que estejam desempregados.

Art. 3.^o Os Magistrados, que de novo entrarem no serviço, e os actuais, que forem despachados para outros lugares, poderão ser matriculados logo que apresentem a sua Carta, ficando obrigados a remetter ao Presidente do Supremo Tribunal a certidão de sua posse, dentro do prazo de seis meses os que servirem nas Províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Espírito Santo e Bahia; de um anno os que servirem nas Províncias de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraibyba, Rio Grande do Norte e Goyaz; e dezoito meses os que servirem nas outras Províncias.

Aos Magistrados, que se não matricularem, ou que tendo-se matriculado, não remetterem a certidão da posse, nos referidos prazos se não contará a antiguidade no tempo da demora.